



**TRIBUNAL DE CONTAS DO**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 295FC-14F1A-5D47E



## Relatório de Atividades 00004/2023-9

**Protocolo(s):** 02579/2023-4

**Assunto:** Relatório de atividades do Tribunal

**Criação:** 13/03/2023 15:53

**Origem:** ASGOV - Assessoria de Governança



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

# RELATÓRIO DE GESTÃO

## 2022





**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **CORPO DELIBERATIVO**

### **Presidente**

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

### **Vice-Presidente**

Rodrigo Coelho do Carmo

### **Corregedor**

Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

### **Ouvidor**

Domingos Augusto Taufner

### **Conselheiros**

Sebastião Carlos Ranna de Macedo

Sérgio Manoel Nader Borges

Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha

### **Conselheiros Substitutos**

Márcia Jaccoud Freitas

Marco Antônio da Silva

## **Ministério Público junto ao Tribunal de Contas**

### **Procurador-Geral**

Luís Henrique Anastácio da Silva

### **Procuradores de Contas**

Heron Carlos Gomes de Oliveira

Luciano Vieira

## **Secretário-Geral de Controle Externo**

Donato Volkers Moutinho

## **Secretária-Geral Administrativa e Financeira**

Arinéia Oliveira de Aguiar

## **Secretário-Geral das Sessões**

Odilson Souza Barbosa Junior

## **Secretário-Geral de Tecnologia da Informação**

Klayson Sesana Bonatto



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **IDENTIDADE ORGANIZACIONAL**

### **NEGÓCIO**

Controle Externo

### **MISSÃO**

Gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos.

### **VISÃO**

Ser reconhecido como instrumento de cidadania.

### **VALORES**

Independência

Ética

Transparência

Responsabilidade Sustentável

Equidade

Excelência de Desempenho

Profissionalismo

Valorização das Pessoas



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

## **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

Diante de um cenário complexo e desafiador que enfrentamos no mundo contemporâneo, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) passou por uma forte transformação nos últimos dez anos, se tornando uma organização pública digital, inovadora e com atuação tempestiva. Entregamos mais, com maior rapidez e custos menores.

Ao construir uma linha do tempo de 2012 para 2022, constata-se uma intensa produção de módulos, painéis e ferramentas com uso intensivo de tecnologia da informação que permitem a obtenção de dados sobre a gestão das contas públicas, possibilitando, por exemplo, a realização de cruzamento de dados que identifica o descumprimento de metas e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo a tempo de corrigir o rumo das coisas.

Primamos por ação rápida e atuação decisiva que geram resultados relevantes para a sociedade. Para alcançar esta conquista, estabelecemos uma visão estratégica ousada, sempre considerando que controle atrasado é descontrole.

Reforçamos nossa cooperação e comunicação com as partes interessadas como servidores, gestores públicos, empresas, academia e o público em geral, estimulando o engajamento dos cidadãos.

Hoje o TCEES vem se tornando referência em auditoria digital do setor público. O futuro é digital, transparente e aberto. Por isso, priorizamos o uso intensivo da análise de dados, da tecnologia da informação e da inteligência artificial. Instituições inovadoras impulsionam o êxito econômico e social. E é neste sentido que continuaremos a nossa jornada rumo à garantia das finanças públicas equilibradas, à efetividade das políticas públicas e à preservação de ambientes éticos e competitivos no setor público.

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**  
Conselheiro Presidente



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
GOVERNANÇA DO TCEES	7
Visão Geral Organizacional	7
Projetos Prioritários	8
Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas	14
Unidades de Apoio à Governança do TCEES	17
Corregedoria	17
Controle Interno	18
Consultoria Jurídica	19
RESULTADOS PARA A SOCIEDADE	20
Montante de Multas e Ressarcimentos recolhidos	20
Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle	21
Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Seleccionada	22
Ouvidoria	23
Gestão da Comunicação	25
CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO	29
Gestão de Pessoas	29
Visão Geral dos Colaboradores	29
Regime de Trabalho	32
Gestão Educacional	33
Gestão Orçamentária e Financeira	35
Execução Orçamentária	35
Lei de Responsabilidade Fiscal	37



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Gestão Documental	38
Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	38
Gestão da Tecnologia	42
<b>RESULTADOS – CONTROLE EXTERNO</b>	<b>47</b>
Ações de Controle Externo	47
Saúde	47
Insegurança Alimentar	49
Educação	50
Meio Ambiente e Saneamento	51
Resíduos Sólidos	51
Obras públicas	52
Mobilidade Urbana	53
Patrimônio Público	54
Governança Contábil	54
Auditoria Financeira	55
Despesas com pessoal	55
Previdência	56
Receitas	56
Gestão Fiscal	57
Concessões e Privatizações	57
Parcerias interinstitucionais	58
Atos do Plenário e das Câmaras	59
Compromisso com a Celeridade Processual	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL</b>	<b>67</b>



## **INTRODUÇÃO**

No ano de 2022, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) alcançou avanço significativo na produtividade e tempestividade das ações de controle do setor público, e vem se empenhando cada vez mais como órgão fiscalizador, incluindo as atividades preventivas e pedagógicas.

Em cumprimento ao artigo 137, inciso II, da Resolução TC Nº 261, de 4 de junho de 2013 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (RITCEES), esta Corte de Contas elabora anualmente o Relatório de Gestão, documento que compõe a Prestação de Contas Anual deste Tribunal, a ser encaminhada à Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O Relatório de Gestão deve conter informações de natureza orçamentária, financeira, operacional, patrimonial e de gestão fiscal, organizado de forma a permitir uma visão sistêmica do desempenho do governo ou da conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos responsáveis.

Conforme o artigo 48, IV, K do RITCEES, compete à Assessoria de Governança (ASGOV), unidade de assessoramento da Presidência, a elaboração do relatório, que contempla informações prestadas por diversas unidades do TCEES. Neste documento são apresentados os principais resultados da atuação do Tribunal, no ano de 2022, tanto na área do controle da gestão pública, quanto na área administrativa.



## **GOVERNANÇA DO TCEES**

### **Visão Geral Organizacional**

O TCEES foi criado por meio da Lei nº 1.287, de 24 de setembro de 1957, e tem como missão gerar benefícios para a sociedade por meio do controle externo e do aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos. Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade.

É seu dever auxiliar a Assembleia Legislativa e câmaras municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições estão fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 71 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei Complementar 621, de 8 de março de 2012.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

A Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), traz as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, atualmente, o TCEES compõe-se de sete conselheiros, dois conselheiros substitutos, três procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir as finalidades de apoio técnico e administrativo. O organograma institucional é apresentado no Anexo Único, a fim de promover uma melhor ilustração da sua estrutura organizacional.



## Projetos Prioritários

Projeto é um conjunto de atividades temporárias, realizadas em grupo, destinadas a produzir um produto, serviço ou resultado único. Ele facilita o atendimento a demandas específicas que comportem grande esforço de planejamento e coordenação, e que devem gerar resultados dentro de um prazo estabelecido.

O TCEES tem como pilares de atuação a garantia da gestão fiscal responsável, a efetividade das políticas públicas sociais e a eficiência das aquisições governamentais, além de estabelecer como foco estratégico o alcance de melhores resultados nos indicadores do Marco de Medição e Desempenho (MMD-TC). Para o atingimento destes objetivos, o Tribunal elege, dentre outras ações, projetos prioritários a serem desenvolvidos ao longo do ano.

Os projetos prioritários de 2022 foram concebidos, dentre outros motivos, visando o desenvolvimento de soluções que devam resultar na melhoria de gestão no âmbito interno do Tribunal, na melhoria de resultados e na prevenção de danos à gestão de recursos e de patrimônio públicos.

Apresenta-se a seguir as entregas dos projetos prioritários do ano de 2022:

Quadro 1 – Entregas dos Projetos prioritários do ano de 2022

Projeto	Entregas
<b>Painel Governança</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Especificação dos requisitos dos painéis;</li><li>2. Desenvolvimento pela TI;</li><li>3. Homologação pela Asgov e/ou gestores de projetos;</li><li>4. Lançamento.</li></ol>
<b>Processo de Gestão Administrativa (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. API para comunicação com PNCP;</li><li>2. Homologação Fases 9, 10, 12;</li><li>3. Homologação - Fase 7 – Concessão ARP;</li><li>4. Envio de remessas - Todas as fases;</li><li>5. Envio de remessas – Ajustes de todas as fases;</li><li>6. Treinamento - para todos os setores envolvidos com o cadastro de informações das remessas.</li></ol>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Definição das prioridades (Avaliação de resultados);</li><li>2. Acerto inicial nas tarefas (e-TCEES);</li><li>3. Envio dos requisitos iniciais para SGTI;</li><li>4. Criação de indicadores institucionais;</li><li>5. Criação de indicadores setoriais;</li><li>6. Envio de requisitos para a SGTI (segunda parte);</li><li>7. Simulações;</li><li>8. Apresentação de proposta de Resolução;</li><li>9. Envio de requisitos para a SGTI (terceira parte);</li><li>10. Encaminhamento da sugestão de Resolução;</li><li>11. Acerto final das tarefas.</li></ol>
<b>Semear Cidadania (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Pesquisa para definir e caracterizar o público atendido, as iniciativas públicas e privadas semelhantes já existentes (realizada);</li><li>2. Pesquisa e contato com possíveis instituições parceiras (realizados);</li><li>3. Mapeamento de materiais humanos, pedagógicos, financeiros, de TI disponibilizados externa e internamente (realizado);</li><li>4. Recursos disponíveis e recursos necessários; material adequado e abordagem pedagógica (definidos);</li><li>5. Protótipo do Projeto para execução no segundo semestre de 2022 (proposto);</li><li>6. Portaria para formalizar e regularizar as cooperações institucionais no Projeto Semear Cidadania (proposta);</li><li>7. Caderno de orientações para o atendimento multidisciplinar de alunos em situação de violência e vulnerabilidade social (finalizado);</li><li>8. Planejamento para a execução: leitura e metodologias ativas e tecnológicas (elaborado);</li><li>9. Parcerias públicas e privadas consolidadas (formalizadas);</li><li>10. Protótipo (aprovado) e ações / palestras (agendadas);</li><li>11. Material didático dos alunos e paradidático dos professores (elaborado)</li><li>12. Palestras/Ações Semear Cidadania (realizadas).</li></ol>
<b>CidadES – Contas (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Implementar a nova Classificação das Fontes ou Destinações de Recursos (definida pela STN) a ser utilizada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios - obrigatória a partir de 2023;</li><li>2. Implementar a formalização do procedimento de Análise Inicial de Conformidade - AIC das contas anuais, de forma a disponibilizar no sistema a data de início de contagem do prazo de 5 anos do completo recebimento das contas;</li><li>3. Implementar aviso automático ao Poder Legislativo Municipal informando sobre a entrega definitiva ou omissão das Prestações de Contas do Chefe de Governo ao TCEES;</li><li>4. Definir a especificação do Demonstrativo de Gastos de Pessoal e da RCL dos Poderes do Estado visando especificar as informações estruturadas que faltam para receber nas Prestações de Contas Mensais do Estado;</li><li>5. Estudar o Demonstrativo das Parcerias Público Privadas (PPP) – Anexo 13 MDF;</li><li>6. Revisar e atualizar normativos associados ao módulo contas, em razão das mudanças promovidas pela STN ou de novas necessidades observadas pela área técnica; alterar modelo de dados; criar e revisar consistências e pontos de controle;</li><li>7. Realizar atendimento aos jurisdicionados;</li><li>8. Implementar Sistemática de Reprocessamento para os Demonstrativos Fiscais e de Limites Constitucionais (Entrega fora do Escopo do projeto – a ser incluída).</li></ol>
<b>Painel de Controle (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Incluir painel para apresentar o limite constitucional 85/95 (Despesas/Receitas Correntes);</li><li>2. Manutenção dos painéis de folha em decorrência das alterações promovidas pela Estrutura de Pessoal;</li><li>3. Atualização dos painéis do Estado, por conta da adoção do plano de contas do TCE;</li></ol>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	<ol style="list-style-type: none"><li>4. Atualização dos painéis dos Municípios, por conta da adoção do plano de contas do TCE;</li><li>5. Paineis de folha de pagamento – apresentação da estrutura de cargos;</li><li>6. Elaboração do painel da educação, contendo dados provenientes do CidadES-Folha de Pagamento;</li><li>7. Atualização nos painéis de previdência em decorrência do novo plano de contas;</li><li>8. Criar painel de apresentação e acompanhamento das determinações expedidas em pareceres prévios;</li><li>9. Apresentar versões simplificadas dos Pareceres Prévios (PDF do Parecer Prévio);</li><li>10. Evoluir as informações sobre as prestações de governo (prefeito) apresentando as informações sobre seus julgamentos legislativos;</li><li>11. Apresentação dos dados PPP's existentes em nosso Estado (melhorias);</li><li>12. Atualização do painel COVID (ano 2021);</li><li>13. Atualização do painel de PPA – inclusão de novas informações.</li></ol>
<b>Parecer Prévio Reconhecido e Transparente (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Normativo regulamentando o art. 131 do Regimento Interno;</li><li>2. Ambiente eletrônico de recebimento dos dados do normativo;</li><li>3. Apresentação das informações acerca do julgamento das contas no painel de controle;</li><li>4. Apresentação no painel de controle das determinações expedidas no parecer prévio;</li><li>5. Desenvolver um modelo padrão simplificado de parecer prévio;</li><li>6. Apresentar o modelo simplificado no painel de controle;</li><li>7. Regulamentar o serviço de apoio ao Poder Legislativo acerca do julgamento do parecer prévio;</li><li>8. Executar o serviço de Help ao Legislativo – contas de 2020 transitadas em julgado.</li></ol>
<b>CidadES – Folha de Pagamento (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Normativos revisados;</li><li>2. Layout atualizado;</li><li>3. Consistências revisadas e aprimoradas;</li><li>4. Pontos de controle criados e revisados;</li><li>5. Comunicação entre o módulo Folha de Pagamento x Atos;</li><li>6. Comunicação entre o módulo Folha de Pagamento x Contas;</li><li>7. Relatório de dados para subsidiar fiscalizações do TCEES;</li><li>8. Extração de dados para atendimento a solicitações de acordos de cooperação (TCU, CGU, FOCCO etc.);</li><li>9. Atendimento aos jurisdicionados.</li></ol>
<b>CidadES - Contratação (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Implantação do módulo;</li><li>2. Estabilização das remessas;</li><li>3. Especificação alterações da Lei nº 14.133/2021;</li><li>4. Desenvolvimento alterações da Lei nº 14.133/2021;</li><li>5. Avaliar e levantar saídas e a utilização de dados do módulo.</li></ol>
<b>CidadES - Atos de Pessoal (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Estudar as novas normas municipais editadas de concessão de aposentadorias;</li><li>2. Elaborar tabela de requisitos a partir da nova legislação municipal</li><li>3. Especificar e desenvolver recebimento da remessa;</li><li>4. Especificar e desenvolver tabela de regras para a concessão do benefício;</li><li>5. Especificar e desenvolver pontos de controle para análise eletrônica dos dados recebidos, emissão de opinião quando ao registro ou denegação do benefício e geração automática da conclusão da ITC;</li><li>6. Especificar e desenvolver geração das peças processuais (extrato da remessa e ITC);</li><li>7. Integração com e-TCEES para autuação de processo e juntada;</li><li>8. Operação assistida do sistema para implantação e manutenções corretivas, orientação aos usuários;</li><li>9. Apresentar resultado obtido no ano, a partir da implantação.</li></ol>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Sistema de fiscalização (2022)</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Documento de especificação das adaptações do sistema necessárias à etapa de planejamento da fiscalização;</li><li>2. Documento de especificação das adaptações do sistema necessárias à etapa de execução da fiscalização;</li><li>3. Documento de especificação das adaptações necessárias aos relatórios.</li></ol>
<b>Padronização e gestão de achados</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Especificação do layout;</li><li>2. Desenvolvimento da solução;</li><li>3. Harmonização da árvore temática de assuntos;</li><li>4. Mapeamento de achados e pontos de controle;</li><li>5. Cadastramento dos achados na base de dados.</li></ol>
<b>Ambiente de Análise de Contas</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>0. Entrega do ambiente de contas para análise das Contas de Governo - Exercício 2020;</li><li>1. Atualização (sem reestruturação do RT) do ambiente de análise de contas de Câmaras, para as PCA-2021 que serão entregues em 2022;</li><li>2. Evolução do ambiente de análise para contemplar as PCA-2021 de Prefeitos que serão entregues em 2022;</li><li>3. Análise de impacto no ambiente dos modelos de RT para a PCA-2022 de Prefeitos e Câmaras Municipais;</li><li>4. Estudos para futura automatização da ITC.</li></ol>
<b>Instrução Assistida - e-TCEES</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Reunião de abertura do Projeto Prioritário, com divisão das equipes de trabalho e das atividades, proposição do cronograma e envio do material de estudo;</li><li>2. Definição do grupo de achados por área, incluindo análise preliminar do banco de achados já cadastrado na intranet do Tribunal;</li><li>3. Definição de como deverão ser elaboradas a estruturação das especificações de achados alinhado ao Projeto Prioritário Padronização e Gestão de Achados;</li><li>4. Especificação dos principais achados envolvendo peças elaboradas nas unidades da SecexFiscalizações e forma de interligação dos achados com as jurisprudências da Corte;</li><li>5. Especificação de template das principais peças técnicas (Manifestação Técnica Cautelar, Manifestação Técnica, Instrução Técnica Inicial, Instrução Técnica Conclusiva, Manifestação de Defesa Oral, Decisões Segex);</li><li>6. Desenvolvimento da solução para cadastro dos achados (SGTI);</li><li>7. Cadastramento dos achados em banco de dados disponibilizado pela TI;</li><li>8. Consolidação e envio de proposta de templates e informações sobre cadastro de achados, bem como proposta de trabalhos futuros.</li></ol>
<b>Seleção de denúncias e representações para processamento</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contextualização e benchmarking;</li><li>2. Proposta preliminar de metodologia de seleção;</li><li>3. Proposta intermediária de metodologia;</li><li>4. Teste da metodologia;</li><li>5. Proposta preliminar de metodologia e de Ato Normativo;</li><li>6. Realização de Consulta Pública;</li><li>7. Proposta definitiva de metodologia e Ato Normativo.</li></ol>
<b>CidadES - Relatórios para ações de controle</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Contextualização;</li><li>2. Benchmarking;</li><li>3. Definição dos relatórios;</li><li>4. Elaboração da proposta;</li><li>5. Ajuste da proposta;</li><li>6. Entrega dos produtos.</li></ol>

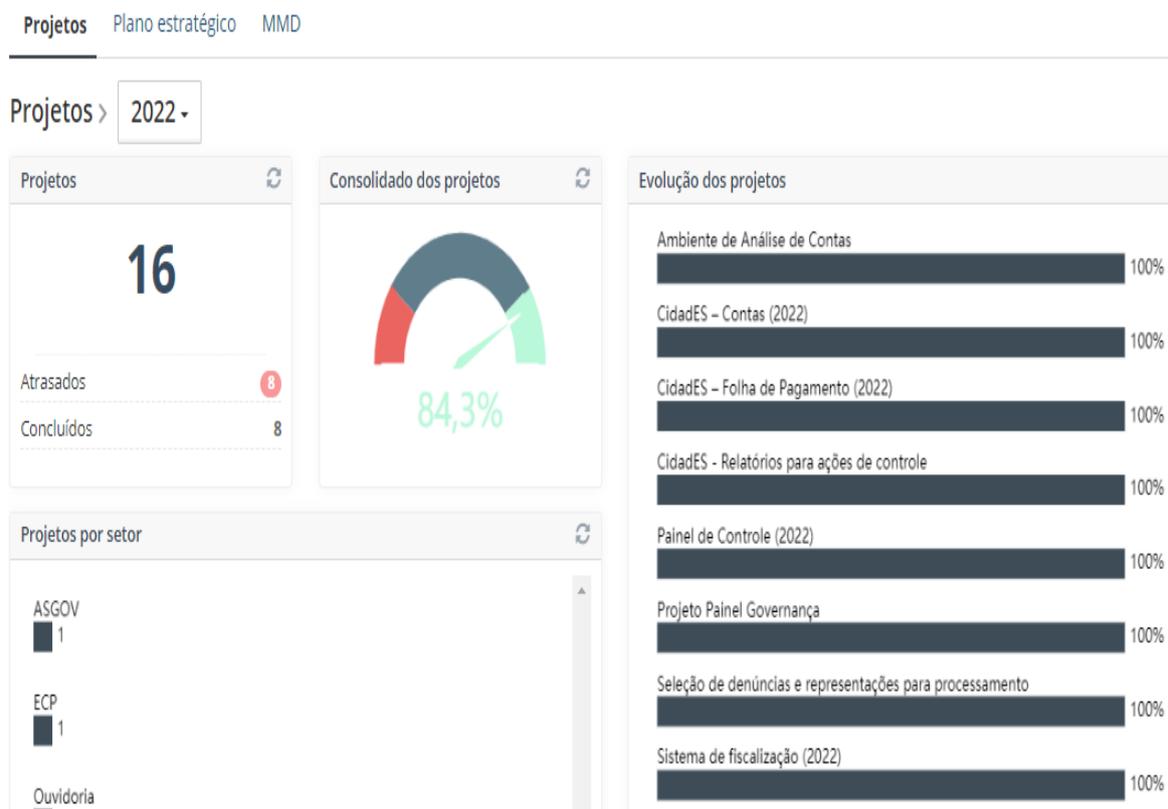
Fonte: Assessoria de Governança (Asgov)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Com a conclusão do projeto Painel Governança, foi disponibilizado um painel de acompanhamento dos projetos pelos servidores da Corte de Contas, conforme figura a seguir:

Figura 1 – Painel dos Projetos Prioritários



Fonte: e-TCEES

Para 2023, foram aprovados 21 projetos prioritários, dos quais 16 envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES, área fundamental para se alcançar eficiência e efetividade das ações administrativas e de controle externo.

A seguir, apresenta-se a relação dos projetos prioritários para o ano de 2023:



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 2 – Projetos prioritários para o ano de 2023

	<b>Unidade Patrocinadora</b>	<b>Projeto</b>
1	Presidência	Implementação da avaliação de desempenho com foco em competências (2023)
2	Segex	CidadES - Contas (2023)
3	Segex	CidadES - Contratação (2023)
4	Segex	CidadES - Relatórios para ações de controle (2023)
5	Segex	CidadES - Atos de Pessoal - Admissão (2023)
6	Segex	CidadES - Atos de Pessoal - Concessão de Benefícios (2023)
7	Segex	CidadES - Folha de Pagamento (2023)
8	Segex	CidadES - Ambiente de análise de contas (2023)
9	Segex	Painel de Controle (2023)
10	Segex	Monitoramento das Políticas Públicas Sociais
11	Segex	Observatório do Saneamento Básico do Espírito Santo
12	Segex	e-TCEES - Seleção de denúncias e representações para processamento (2023)
13	Segex	e-TCEES - Padronização e gestão de achados (2023)
14	Segex	e-TCEES - Instrução Assistida (2023)
15	Segex	Ações inovativas para as fiscalizações
16	Segex	Controle Interno
17	Segafi	e-TCEES - Implantação do módulo férias
18	Segafi	e-TCEES evolução do acesso identificado
19	Segafi	Processo de Gestão Administrativa (2023)
20	Ouvidoria	Sistema Conta pra gente: Atendimento dos direitos dos titulares de dados pessoais em cumprimento à Resolução TC nº 358/2021
21	SGTI	Atualização tecnológica das plataformas de software do TCEES

Projetos que envolvem recursos de Tecnologia da Informação do TCEES

Fonte: Assessoria de Governança (Asgov)



## **Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas**

O Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC) é uma ferramenta desenvolvida pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Este instrumento permite identificar as oportunidades de melhorias e os pontos de excelência e qualidade dos tribunais de contas. E, uma vez detectadas as boas práticas, há possibilidade de compartilhamento de conhecimentos entre as cortes de contas, contribuindo para a uniformização e eficiência dos métodos de controle e procedimentos.

A metodologia utilizada tem como base critérios estabelecidos pela Organização Internacional das Instituições Superiores de Auditoria (Intosai), incorporando as diretrizes da Atricon, as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NABSP) e as Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs).

Recentemente, o MMD-TC obteve certificação com base na norma de referência ISO 17021 de Sistema de Gestão. A Fundação Vanzolini, membro pleno da organização *The International Certification Network IQNet* (rede internacional de entidades certificadoras), foi a responsável pela verificação dos critérios necessários a esta certificação.

Na avaliação de 2022, o TCEES alcançou 76% de cumprimento dos indicadores, resultado 38% maior do que o de 2019, quando se registrou 55%. Dos 20 indicadores analisados, o Tribunal registrou nota 4 (nota máxima) em oito deles e recebeu a nota 3 em seis indicadores.

Destaca-se ainda que ao comparar o resultado da avaliação do TCEES realizada no ano de 2022 com o resultado da média nacional dos indicadores dos demais tribunais de contas brasileiros, nota-se que este Tribunal alcançou melhores resultados em quase todos os indicadores avaliados neste ciclo, conforme demonstrado na figura a seguir:



Figura 2 – Notas dos indicadores

## Marco de Medição de Desempenho - MMD

Gráfico Sintético    Quadro Analítico    Sobre

	2019		Semestres 2020		2021	2022 ⓘ	
	Nac.	TCE	1º	2º		Nac.	TCE
<b>Independência e Marco Legal</b>							
1 Composição, Organização e Funcionamento dos TCs	3,18	4	4	4	4	3,36	4
<b>Governança Interna</b>							
2 Liderança	1,94	3	3	3	3	2,55	4 ↑
3 Estratégia	2,27	3	3	3	4 ↑	2,85	3 ↓
4 Accountability	2,21	3	3	4 ↑	4	2,55	4
5 Agilidade no Julgamento e Gerenciamento de Prazos de Processos	1,58	2	2	2	3 ↑	1,82	2 ↓
6 Gestão de Pessoas	2,06	2	2	2	2	2,3	2
7 Desenvolvimento Profissional	1,85	1	2 ↑	2	2	2,33	2
<b>Fiscalização e Auditoria</b>							
8 Planejamento Geral de Fiscalização e Auditoria	1,55	2	2	2	2	1,97	3 ↑
9 Controle e Garantia de Qualidade de Fiscalizações e Auditorias	1,15	2	1 ↓	1	2 ↑	1,33	4 ↑
10 Auditoria de Conformidade	1,27	1	1	2 ↑	2	1,3	4 ↑
11 Auditoria Operacional	1,39	1	1	1	0 ↓	1,64	2 ↑
12 Auditoria Financeira	0,67	1	1	1	1	0,88	1
13 Controle Concomitante Externo	2,18	2	2	2	3 ↑	2,82	3
14 Acompanhamento das Decisões	0,88	3	3	3	3	1,3	3
15 Informações Estratégicas Para o Controle Externo	2,48	4	4	4	4	2,94	4

Fonte: e-TCEES

Neste ciclo de avaliação, também constaram 5 indicadores relacionados à pandemia. No quesito “saúde” e “gestão fiscal e auxílios intergovernamentais”, o TCEES alcançou nota 4 (máxima). Nos de “educação” e “transparência”, nota 3, e no de “assistência social, manutenção de empregos e financiamento ao setor privado”, nota 2.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 3 – Notas dos novos indicadores (Fiscalização da gestão pública durante a pandemia)

<b>Indicador</b>	<b>Avaliação 2022</b>
QATC 26 – SAÚDE	<b>4</b>
QATC 28 - GESTÃO FISCAL E AUXÍLIOS INTERGOVERNAMENTAIS	<b>4</b>
QATC 29 – EDUCAÇÃO	<b>3</b>
QATC 30 – TRANSPARÊNCIA	<b>3</b>
QATC 27 - ASSISTÊNCIA SOCIAL, MANUTENÇÃO DE EMPREGOS E FINANCIAMENTO AO SETOR PRIVADO	<b>2</b>

Fonte: Assessoria de Governança

Os avaliadores do MMD-TC destacaram 5 boas práticas realizadas pelo TCEES, apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4 - Boas práticas do TCEES

<b>Título</b>	<b>Indicadores associados</b>
<b>Painel de Concessões Comuns e PPP</b>	(Controle Concomitante Externo). O controle concomitante abrange o acompanhamento das parcerias da administração pública (PPPs, concessões, permissões).  (Controle Concomitante Externo) O TCE possui ferramentas eletrônicas que viabilizam o recebimento, processamento e análise de documentos e informações dos jurisdicionados.
<b>Painel de Obras Paralisadas</b>	(Controle Concomitante Externo) O TCE possui ferramentas eletrônicas que viabilizam o recebimento, processamento e análise de documentos e informações dos jurisdicionados.
<b>Seleção de Ações de Controle a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</b>	Planejamento geral de fiscalização e auditoria
<b>Sistema informatizado para registro dos benefícios auferidos pela sociedade em decorrência das ações de controle</b>	Acompanhamento das decisões
<b>Sistema de controle de qualidade das fiscalizações</b>	Controle e Garantia de Qualidade de Fiscalizações e Auditorias

Fonte: Assessoria de Governança (Asgov)



## **Unidades de Apoio à Governança do TCEES**

### **Corregedoria**

A Corregedoria do TCEES foi criada por meio da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010. A unidade tem por competência aperfeiçoar as ações de controle externo e desenvolver atividades disciplinares, visando à melhoria do desempenho do órgão e à prevenção e apuração da conduta dos membros e servidores.

Cabe à Corregedoria avaliar a aplicação adequada das leis, a eficiência dos procedimentos de trabalho, o controle de prazos, a adoção das boas práticas gerenciais e de governança, bem como orientar e fiscalizar as atividades funcionais de membros e servidores do TCEES.

Apresenta-se, a seguir, uma síntese das principais atividades desenvolvidas pela Corregedoria no exercício de 2022.

- ✓ Participação do Encontro Nacional de Corregedorias e Ouvidorias da Atricon, apresentando suas ferramentas de controle de prazos e sua utilização no planejamento e gestão de riscos das correições;
- ✓ Encerramento de correição que objetivou identificar os tipos de processos que apresentam pontos de controle, possibilitando a melhoria da eficiência na instrução e julgamento dos processos de controle externo apontados na correição;
- ✓ Instrução de processos disciplinares, consultas éticas, termos circunstanciados administrativos e pedidos de nada consta de processos administrativos disciplinares, formulados por servidores, para fins de aposentadoria;
- ✓ Acompanhamento dos prazos dos processos de controle externo;
- ✓ Elaboração de relatórios periódicos do Observatório de Desempenho Institucional e de Atividades; e
- ✓ Elaboração e encaminhamento de proposta de minuta de alteração regimental e de minuta de resolução alterando a Resolução TC 300/2016.



## **Controle Interno**

O Núcleo de Controle Interno (NCI) compõe a estrutura organizacional do TCEES, nos termos do artigo 45, inciso III, alínea “a”, do RITCEES. Integra o Sistema de Controle Interno do Tribunal, sendo responsável pela supervisão das normas de controle relativas ao referido sistema, conforme dispõe o artigo 4º da Resolução TC Nº 223, de 16 de dezembro de 2010, combinado com o quadro de unidades responsáveis disposto no Anexo I da Portaria Normativa nº 103, de 24 de setembro de 2020.

As atividades desenvolvidas no ano de 2022 tiveram por base os objetivos e metas definidos no Plano Anual das Atividades de Controle Interno 2022 (PAAI 2022), construído de acordo com critérios de risco, materialidade, relevância e criticidade apurados, tendo como base as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

Na execução do PAAI 2022, o NCI realizou auditoria interna no macroprocesso de gestão de compras, licitações e contratos, tendo como escopo a identificação do cumprimento dos requisitos legais relacionados à execução dos contratos administrativos e a avaliação de eficiência dos procedimentos internos no âmbito do TCEES.

O NCI também acompanhou as atividades de contratação de bens e serviços de forma concomitante à sua realização, utilizando como base o Plano Anual de Gerenciamento das Contratações gerenciado pela Secretaria Administrativa (SAD).

Em 2022, o NCI realizou auditorias de gestão, compreendendo as seguintes atividades:

- ✓ Análise da Prestação de Contas Anual do TCEES, exercício de 2021, através do Relatório do Controle Interno (RELUCI) na Prestação de Contas Anual;
- ✓ Acompanhamento dos pontos de controle constantes da Instrução Normativa TC nº 68, de 8 de dezembro de 2020, com vistas à emissão do Relatório do Controle Interno na Prestação de Contas Anual do TCEES, exercício de 2022; e



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

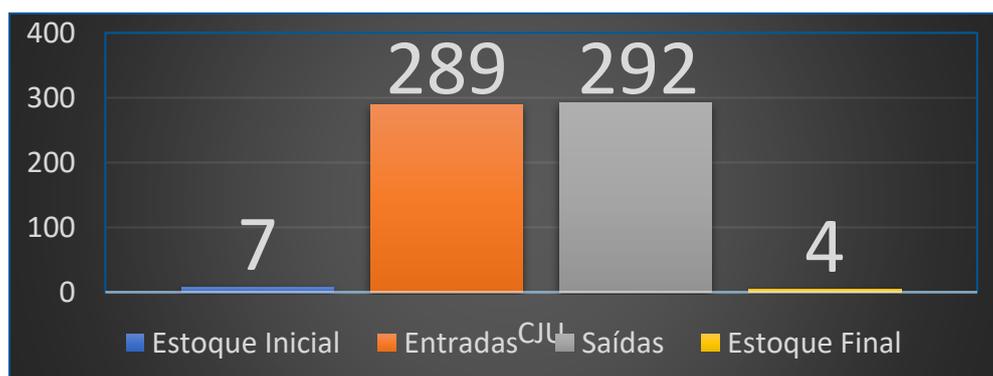
- ✓ Fiscalização do cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), através da análise e manifestação acerca dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do TCEES, referentes ao 3º quadrimestre/2021, 1º quadrimestre/2022 e 2º quadrimestre/2022.

### Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica (CJU) é uma unidade de assessoramento da Presidência, cujas atribuições, conforme artigo 48, inciso II, da Resolução 261/2013, são: emitir parecer, fornecer subsídios jurídicos às questões relativas à Administração; e, excepcionalmente representar juridicamente o Tribunal e apoiar o órgão de representação judicial, quando for o caso.

No ano de 2022, o saldo inicial de processos da CJU, somado às entradas ao longo do ano, totalizou em 296 processos. Deste total, 292 tiveram seus pareceres devidamente emitidos, restando apenas 4 processos pendentes para emissão de parecer, como se vê na figura 3:

Figura 3 - Estoque de processos da consultoria jurídica em 2022



Fonte: CJU

Ressalta-se que, no ano de 2022, a CJU instruiu 319 protocolos, restando na unidade apenas 6 a serem deliberados. Os 468 protocolos que se encontram no arquivo corrente local referem-se a acompanhamento de processos judiciais que o setor acompanha.



## **RESULTADOS PARA A SOCIEDADE**

### **Montante de Multas e Ressarcimentos recolhidos**

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPC) é um órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é a defesa da ordem jurídica no âmbito de atuação do TCEES, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa.

Além disto, o MPC é o órgão responsável por monitorar e acompanhar as cobranças relacionadas às punições aplicadas pelo TCEES. Em 2022, o MPC emitiu 225 termos de verificação de valores pagos no exercício. Do total verificado (R\$ 503.467,65), R\$ 409.173,22 foram em multas recolhidas aos cofres estaduais, conforme determina a legislação, enquanto R\$ 94.294,43 foram devolvidos aos cofres públicos em razão de uso indevido de recursos, como detalhado a seguir:

Quadro 5 - Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES no ano de 2022.

<b>Montante de multas e ressarcimentos com recolhimento comprovado pelo TCEES</b>	<b>2022</b>
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais*	R\$ 409.173,22
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos*	R\$ 94.294,43
<b>Total</b>	<b>R\$ 503.467,65</b>

Fonte: Secretaria do Ministério Público de Contas (SMPC)

\* Informações sujeitas a atualizações, de acordo com a comprovação de pagamento encaminhada ao TCEES.

Todas as cobranças estão disponíveis no site do MPC para consulta, no Sistema de Monitoramento e Acompanhamento de Cobranças. Nele, é possível conferir os valores devidos por todos os condenados pela Corte de Contas a pagar multa e a ressarcir os cofres públicos, bem como os pagamentos efetuados, se houve parcelamento do débito, se foi quitado ou pago com juros, entre outras informações.



## **Ferramenta de Controle Social: Painel de Controle**

O TCEES conta com uma ferramenta facilitadora e eficaz, denominada Painel de Controle, para que a sociedade acompanhe as alocações dos recursos públicos. Este instrumento garante o cumprimento de um dos valores do TCEES, a saber, “Transparência”, que consiste em comunicar à sociedade seus atos, ações e resultados de forma ativa, clara, objetiva, tempestiva e acessível. O objetivo da ferramenta é fomentar o controle social e servir como apoio à tomada de decisões dos gestores públicos jurisdicionados da Corte de Contas.

Em 2022, foram realizadas várias melhorias na ferramenta. No tocante ao planejamento governamental, as informações foram mais bem detalhadas no painel sobre o Plano Plurianual. Ainda foi realizada a inclusão de um painel sobre a execução orçamentária de comprometimento das receitas correntes com as despesas correntes, exigência estabelecida no art. 167-A da CF/88 (Constituição Federal).

Também foi necessária a realização de manutenção nos painéis já existentes da folha de pagamento, da previdência, e nos painéis de receitas do Governo do Estado, dos municípios e do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em decorrência de alterações normativas no Plano de Contas realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Uma novidade que foi implementada em 2022 foram os painéis de informações sobre Educação, utilizando-se dados do sistema CidadES folha de pagamento.

No tocante à integração com o projeto Parecer Prévio Reconhecido e Transparente, foram implementadas melhoria nas informações dos processos de prestação de contas, e inserido dois painéis, um acerca do monitoramento das determinações expedidas pelo TCEES em processos de contas e outro sobre o julgamento das contas dos prefeitos realizado pelas câmaras municipais, com dados do sistema CidadES contas julgadas, que começou a funcionar em abril de 2022.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Figura 4 - Painel de controle



Fonte: [paineldecontrole.tcees.tc.br](http://paineldecontrole.tcees.tc.br)

### Ferramenta de Pesquisa de Precedentes: Jurisprudência Selecionada

Jurisprudência Selecionada é o sistema que substituiu o Mapjuris, utilizado até então para pesquisa de precedentes do TCEES. Essa nova ferramenta possui filtros adicionais de pesquisa, melhorias na metodologia de trabalho, além de ser integrado ao sistema e-TCEES, o que facilita a busca de informações pelo público interno, jurisdicionados, advogados e pela área acadêmica, com acesso em destaque pelo portal do Tribunal.

Uma das principais vantagens deste novo sistema são as diversas alternativas de refinamento do resultado na pesquisa e a integração da busca de maneira textual, por assunto ou pela referência legal, pois no modelo anterior essa pesquisa era feita separadamente. Outra melhoria é a possibilidade de vinculação de resultados sobre um mesmo assunto, facilitando a uniformização da jurisprudência, bem como a permissão para que o usuário possa fazer pesquisa específica de enunciados, e não apenas de excertos.



Trata-se de uma plataforma de pesquisa de jurisprudência totalmente aprimorada com o que há de mais moderno em tecnologia de pesquisa de dados.

Figura 5 - Jurisprudência selecionada

**Jurisprudência Selecionada**

Nova pesquisa de jurisprudência do TCEES.

A pesquisa foi remodelada para torná-la mais acessível e eficiente.

- ✓ Integração entre os tipos de pesquisa textual, por assunto e por referência legal;
- ✓ Novo layout, mais simples e intuitivo;
- ✓ Novos filtros de pesquisa;
- ✓ Vinculação de precedentes sobre o mesmo tema;
- ✓ Pesquisa específica de enunciados;
- ✓ Cópia facilitada do teor dos precedentes.

ACESSE E VEJA MAIS >

Fonte: <https://www.tcees.tc.br/jurisprudencia/>

## Ouvidoria

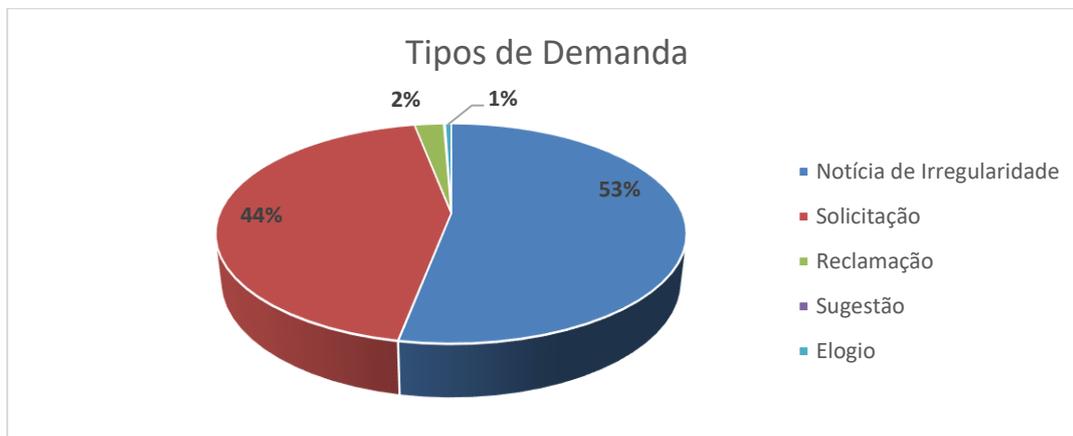
No exercício de 2022, a Ouvidoria do TCEES, no desempenho de suas atividades, recebeu 909 manifestações, provenientes de entidades jurisdicionadas, servidores, pessoas jurídicas e demais cidadãos, 798 manifestações típicas de Ouvidoria e 111 manifestações oriundas da Lei de Acesso à Informação. Todos os pedidos de informação foram atendidos dentro do prazo legal.

No que diz respeito à tipologia, conforme versa o art. 18 da Resolução 344/2020, as manifestações típicas de Ouvidoria podem ser classificadas como Elogio, Sugestão, Solicitação, Reclamação e Notícia de irregularidade.

A maioria das manifestações recebida no exercício foi relativo à notícia de irregularidade (423 manifestações), seguido de solicitação (351 manifestações), como se pode observar no gráfico a seguir:



Figura 6 – Tipos de Demanda da Ouvidoria



Fonte: Ouvidoria do TCEES

Ainda no período, a Ouvidoria realizou o tratamento das manifestações recebidas (análise, encaminhamentos, acompanhamentos, arquivamento), tendo concluído e encaminhado 994 respostas de manifestações aos demandantes, ficando acima do quantitativo de tratamento das manifestações e encaminhamento de respostas em comparação ao exercício de 2021, quando foram respondidas 986 manifestações.

Em 2022, foram recebidas 148 avaliações sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria, sendo que em 119 avaliações, o que corresponde a 80,40%, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria com Nota 5 ou Muito Satisfeito (110) e Nota 4 ou Satisfeito (9), cumprindo a meta estabelecida para o período.

Visando subsidiar ações de controle externo do Tribunal, a Ouvidoria vem atuando junto às unidades de controle interno dos órgãos jurisdicionados, buscando esclarecimento e providências na apuração das notícias de irregularidades recebidas. No exercício de 2022, a Ouvidoria encaminhou 225 notícias de irregularidade para as unidades de controle interno dos jurisdicionados, tendo recebido resposta para 214 dessas manifestações, o que corresponde a 95% de atendimento por partes desses órgãos, sendo dessas 176 (82%) manifestações respondidas dentro do prazo constante do § 2º do artigo 20 da Resolução TC 345/2020 (20 dias).



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Além do atendimento diário às manifestações da sociedade, a equipe técnica da Ouvidoria desempenhou, em 2022, diversas outras atividades, conforme resumo a seguir:

- ✓ Participação no projeto prioritário Semear Cidadania;
- ✓ Atuação no Comitê técnico de Corregedorias e Ouvidorias do IRB – Instituto Rui Barbosa;
- ✓ Participação no Comitê Executivo de Proteção de Dados Pessoais do TCEES; e
- ✓ Participação nas Comissões de Controle e Garantia da Qualidade do MMD TC 2022.

Destacam-se também as atividades técnicas e administrativas desenvolvidas pela Ouvidoria, como: aperfeiçoamento dos modelos de padrões de comunicação com cidadãos demandantes e órgãos públicos parceiros; medição dos indicadores de desempenho da Ouvidoria; elaboração de relatórios diversos; planejamento, organização e realização do evento Ouvidoria Day 2022; desenvolvimento de Matriz de Seletividade para classificação das manifestações de Ouvidoria; participação no ENFOC ofertando os cursos “LGPD no contexto do serviço público” e “Práticas de gestão de ouvidoria”; e participação dos servidores em eventos internos e externos de capacitação.

## **Gestão da Comunicação**

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das suas atribuições e dos resultados de suas ações, visando à transparência de sua atuação. Dispondo do uso de ferramentas, como o Portal TCEES, e redes sociais, como o Facebook, Instagram (que conta com mais de 12.000 seguidores) e Twitter, o TCEES amplia a cada ano a divulgação de informações e serviços pela internet.

No quadro a seguir estão dispostos dados acerca da atuação da Assessoria de Comunicação (Ascom):



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Quadro 6 - Principais atividades da Ascom

Principais atividades de comunicação	2022
<b>Jornalismo</b>	
Nº de atendimento de demandas de imprensa	43
Nº de entrevistas coletivas	2
Nº de <i>releases/notas/artigos</i> enviados à imprensa	32
Número de notícias publicadas em veículos de imprensa	877
Valoração do espaço conquistado em mídia espontânea	R\$ 15.384.187,73
Nº de notícias inseridas no Portal TCEES	631
Nº de notícias inseridas na Intranet	258
<b>Redes sociais</b>	
Nº de postagens em redes sociais	771
Nº de impressões / visualizações em redes sociais	2.448.478
Nº de vídeos postados (Facebook e Instagram)	110
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	200
<b>Audiovisual</b>	
Nº de campanhas internas realizadas	7
Nº de peças audiovisuais produzidas	57
Nº de peças gráficas (para todas as mídias/publicações)	143
Nº de vídeos publicados na intranet	4

Fonte: Ascom

Em 2022, os acessos às notícias do Portal do TCEES tiveram crescimento de 6,67% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram 1.333.275 usuários durante o ano.

Neste ano, a Ascom realizou a divulgação do boletim “Poder empregador da Administração Pública Municipal” em que foi apresentado que em 30% dos municípios capixabas a prefeitura emprega mais da metade dos empregos formais. A partir da publicação, o release foi encaminhado para as redações, gerando repercussão na mídia local e ocupando espaços em televisão, rádio e veículos online.

Ainda em 2022, foi lançado o “Nossa Gente” que visa a valorização do público interno. O trabalho começa com a pesquisa de nomes para “estrelar” a editoria. Depois, a equipe do jornalismo entra em ação para a entrevista com o (a) servidor (a) e produção de texto/perfil. O audiovisual faz a



produção das fotos e, por fim, o material é postado sempre às sextas-feiras, com periodicidade de 15 dias, no Instagram, LinkedIn, Facebook e, também, na Intranet.

Ainda em 2022, houve o lançamento do “Acontece”, uma editoria que visa divulgar as principais agendas e informações sobre as atividades da Corte em formato de vídeo/reels.

A Ascom realizou também uma campanha para incentivar os pais a vacinarem seus filhos. A ação foi motivada pelo relatório de fiscalização da Corte, que revelou a baixa adesão à campanha de imunização contra a Covid-19 pelo público-alvo de 5-11 anos de idade.

Outra ação da Ascom foi o envolvimento no Encontro de Formação em Controle – ENFOC, programa de capacitação que leva cursos ligados à gestão e ao controle das contas públicas aos servidores e gestores de vários municípios capixabas. Na ocasião, foram produzidos diversos vídeos, cobertura jornalística com produção de várias matérias além da identidade visual do encontro.

Todos os anos o TCEES define quais ações de controle externo serão realizadas no ano seguinte. Com o objetivo de alavancar a consulta pública, objeto do Plano Anual de Controle Externo (PACE), que ajuda a definir o tema das fiscalizações do próximo ano, que levarão mais benefícios aos capixabas, a ASCOM lançou a editoria “Sua Opinião Conta” no Instagram. Com uma série de 4 vídeos é explicado como o Tribunal de Contas atua em problemas sociais relevantes para a sociedade. A editoria aproximou a instituição do cidadão e melhorou a quantidade de contribuições recebidas na consulta pública em mais de 954%. O conteúdo também virou matéria no site do Tribunal e ganhou destaque em formato de banner.

Em setembro, o TCEES completou 65 anos de história e foram promovidas várias ações de comunicação para celebrar a data. As atividades tiveram início com a criação de selo comemorativo. Dentro do mote “O Tribunal do Futuro”, foi produzido um vídeo institucional que ressaltou as características presentes em uma instituição considerada à frente do seu tempo, mas que já é realidade na vida dos capixabas.



Ainda em 2022, foi dado início à divulgação do concurso público para o cargo de auditor de controle externo do TCEES. A ASCOM produziu conteúdos de engajamento para estimular a curiosidade dos concurreiros presentes na base no Instagram. Em seguida, foi produzido conteúdo em vídeo para a divulgação do edital.

Outro assunto que merece destaque é a divulgação da lista de gestores com contas rejeitadas e julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas. Para a divulgação desse tema, foi produzido conteúdo em formato carrossel e um vídeo em formato reels para o Instagram explicando a importância da lista e da atuação do Tribunal nas eleições 2022.

O percentual de municípios capixabas com nota A na avaliação do Tesouro Nacional, quando à capacidade de pagamento, aumentou em 2022 e foi notícia nas mídias sociais do TCEES. A ASCOM produziu conteúdo em formato carrossel para as redes sociais e o tema virou matéria com forte apelo institucional no site.

No período, também foram produzidos vídeo/reels para divulgar o novo painel da Educação do Painel de Controle. As principais informações sobre a ferramenta foram apresentadas e rendeu um excelente resultado nas redes sociais com mais de 10 mil visualizações.

Para celebrar o Dia do Servidor, foi realizado um evento presencial, no auditório do TCEES, cujo tema foi: “Nosso time só é completo com você!”. O evento contou com a palestra do ex-atleta Oscar Schmidt, que apresentou a palestra “Paixão”, e com a entrega de medalhas de homenagem aos servidores que completaram 10, 20, 30, 40 e 50 anos de serviço na instituição. Para o evento houve a criação de identidade visual, plotagem de backdrop, ambientação e aplicação da identidade visual no hall do auditório do Tribunal preparados pela Ascom.

No final do ano a Ascom organizou a adoção das cartas do Papai Noel dos Correios pelos servidores do TCEES. Em 2022, 132 crianças com idades entre 1 e 5 anos foram contempladas. Para essa divulgação foram feitas fotos da entrega aos Correios e criado um vídeo em formato reels, com apoio do setor de audiovisual, publicado em redes sociais Instagram e Facebook.



## CONFORMIDADE E EFICIÊNCIA DA GESTÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados alcançados no exercício de 2022 de acordo com a área de gestão, em conformidade com a missão institucional e com os objetivos estratégicos do TCEES.

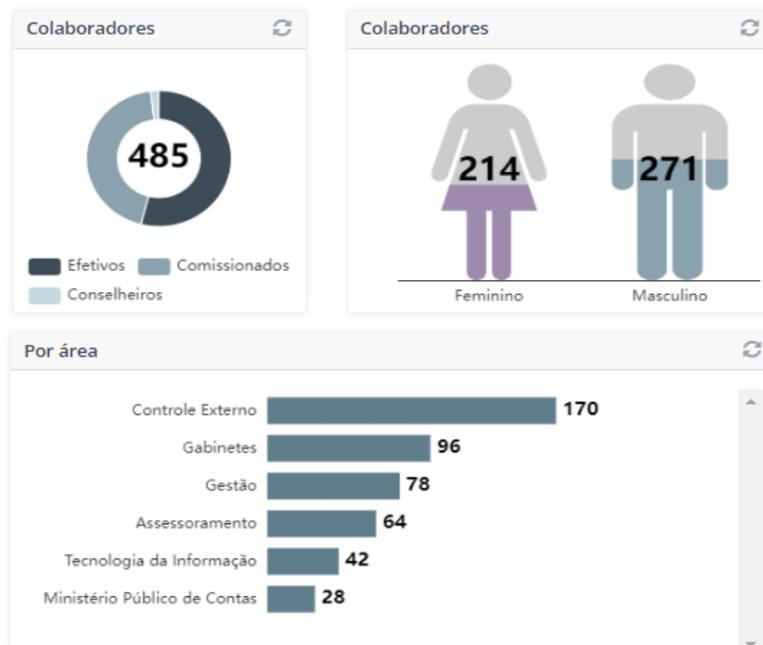
### Gestão de Pessoas

O TCEES dispõe de uma unidade denominada Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) que tem por finalidade assegurar o cumprimento legal, a equidade e zelar pelo bem-estar de seus colaboradores.

### Visão Geral dos Colaboradores

A disposição do quadro de pessoal está representada na figura 7.

Figura 7 - Quadro de pessoal TCEES



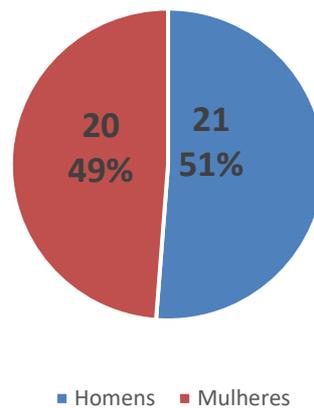
Fonte: sistema e-TCEES



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Dos 485 colaboradores, 54% são efetivos, 44% comissionados e 2% são conselheiros e conselheiros substitutos do TCEES. A instituição conta com 41 cargos de liderança, sendo que desse total, 21 são ocupados por servidores do sexo masculino e 20 do sexo feminino.

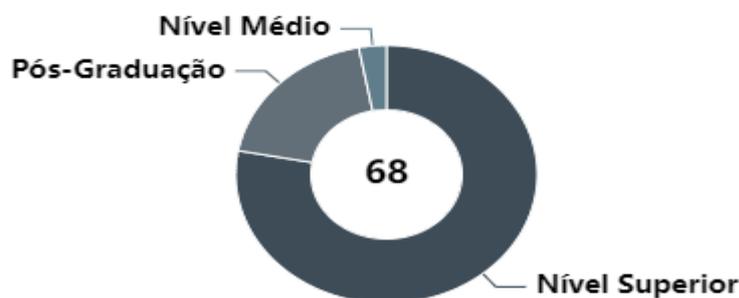
Figura 8 - Distribuição dos cargos de liderança por sexo



Fonte: adaptado de SGP

O Tribunal conta com um total de 68 estagiários distribuídos em todos os setores da corte. Na figura 9 consta uma representação distribuída por escolaridade.

Figura 9 - Distribuição do quadro de estagiários por escolaridade



Fonte: e-TCEES



Em 2022, foram realizadas atividades de valorização, motivação e qualidade de vida para os servidores, como as palestras gratuitas cedidas pela UNIMED – Viver Unimed e a Oficina de Saúde com o tema “Cuidado com o sono”.

Além disso, foi realizada a instrução processual para abertura de concurso público para o cargo de auditor de controle externo e de conselheiro substituto e contratação de empresa especializada para a sua realização. O edital foi publicado em setembro.

Foi reformulado o site do TCEES em relação à informação de vagas de estágio. Agora o estudante consegue verificar na página do Tribunal as vagas em aberto para uma possível contratação futura, podendo inserir seu currículo a qualquer momento.

Foi realizado também um evento comemorativo na sede do TCEES para homenagear 16 servidores que foram aposentados a partir de 2020.

Este ano a SGP realizou a aplicação da pesquisa de clima organizacional, tendo como objetivo conhecer o ambiente institucional e ajudar a promover as mudanças internas, com benfeitorias para seus colaboradores, sendo um instrumento eficaz de coleta de informação sobre a perspectiva dos servidores em função de diversos fatores que influenciam na rotina deles no trabalho. Com base nas respostas obtidas, o TCEES pretende analisar a mudança de cenário, por meio da comparação com o resultado obtido na pesquisa passada, bem como desenvolver novas iniciativas com o objetivo de contribuir para o bem-estar das relações interpessoais e de trabalho de seus colaboradores. Participaram da pesquisa 135 (centro e trinta e cinco) servidores do TCEES, lotados nas áreas administrativa, técnica e de gabinete de membros e, ainda, unidades vinculadas à Presidência. O formulário contou com dezoito questões objetivas e uma questão aberta, dentre diversos assuntos, como remuneração, comunicação, benefícios, gestão de desempenho, relacionamento, entre outros.

Em parceria com a Ascom foi promovido um evento para comemoração do dia do servidor público no auditório do TCEES, com a participação especial do Coral de Contas e palestra do Oscar Schmidt, considerado o maior jogador brasileiro de basquete e um dos maiores do mundo.



Neste evento, alguns servidores foram contemplados com medalhas de reconhecimento pelos anos de dedicação ao trabalho.

Foi realizado ainda estudo técnico para cumprimento do evento de saúde e segurança do trabalho do eSocial. Foi adquirido o módulo do sistema sênior intitulado Saúde e Medicina do Trabalho, com importação e inclusão de dados de servidores, para cumprimento da quarta fase do eSocial, com envio obrigatório em janeiro de 2023.

Ainda em 2022, foi realizado estudo técnico para alteração do portal de Gestão de Pessoas, considerando a possível vulnerabilidade do atual painel RH. Desta forma, optou-se por adquirir novo módulo, agora intitulado Painel de Gestão, em que foram efetuados diversos procedimentos de importação e inclusão de dados relacionados aos postos de trabalho para implantação do referido módulo em 2023.

## **Regime de Trabalho**

Nos exercícios de 2020 e 2021, em virtude da pandemia Covid-19, quase que a totalidade do quadro funcional do Tribunal encontrava-se em trabalho remoto, em função das restrições sanitárias existentes.

A situação inédita fez com que o TCEES disponibilizasse para seus servidores os equipamentos necessários à realização dos trabalhos técnicos e administrativos de forma remota, tais como notebooks, computadores de mesa, monitores sobressalentes, periféricos, cadeiras e demais acessórios e recursos tecnológicos.

Nesse cenário, fez-se necessário atualizar e modernizar, também, as normas que disciplinavam tanto o trabalho remoto como o presencial por meio da Resolução TC N.º 359, de 07 de dezembro de 2021.



Em vista da adaptação dos colaboradores observada nesse período, embasado na citada Resolução, o TCEES optou por manter cerca de 90% de seus servidores no regime de trabalho remoto, em sua maioria, na modalidade híbrida, ou seja, servidores que se encontram à disposição da instituição para comparecimento presencial no próprio Tribunal, além de participarem constantemente de reuniões setoriais e intersetoriais, encontros técnicos, atendimentos a jurisdicionados, cursos de capacitação, eventos e demais atividades técnicas ou administrativas que não se limitam à presença física em sua sede, como auditorias e visitas institucionais.

Com efeito, em recente pesquisa realizada pelo Tribunal, foi constatado que houve uma significativa adaptação dos servidores do TCEES ao regime de trabalho remoto, passando de 77,6% em 2020 de adaptação para 93,3% em 2022.

### **Gestão Educacional**

O TCEES, visando o aperfeiçoamento das competências e habilidades de seus servidores, estagiários, jurisdicionados e dos cidadãos, realiza cursos de capacitação ofertados gratuitamente pela Escola de Contas Públicas (ECP).

No ano de 2022, houve a participação de 35.508 pessoas nos 257 eventos promovidos pela ECP, incluindo cursos *online*, cursos transmitidos em tempo real (síncrono), encontros virtuais e webinários.

No quadro 7, seguem números que demonstram a evolução de abrangência de cursos e expansão da capacitação pela ECP.



Quadro 7 - Resultados da capacitação

<b>Resultados da capacitação<sup>1</sup></b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Eventos</b>	<b>257</b>	<b>169</b>
<b>Eventos para servidores do TCEES</b>	<b>108</b>	<b>113</b>
Interno (promovido pelo TCEES)	10	49
Externo (promovido por outras instituições)	58	29
Iniciativa do servidor	11	30
Outros eventos	29	5
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (Presencial)</b>	<b>119</b>	-
<b>Eventos para jurisdicionados TCEES (EAD)</b>	<b>30</b>	<b>56</b>
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>35.508</b>	<b>51.564</b>
Servidores e membros do TCEES	1.027	803
Jurisdicionados (Presencial)	6.492	-
Jurisdicionados (EAD)	27.989	50.761
<b>Horas de capacitação</b>	<b>111.603</b>	<b>207.992</b>
Servidores e membros do TCEES	21.071	13.534
Jurisdicionados (Presencial)	34.419	-
Jurisdicionados (EAD)	56.113	194.458

Fonte: ECP

Verifica-se no quadro acima um aumento de 52% do número de eventos realizados em 2022 quando comparado com o ano anterior.

Ressalta-se que do orçamento inicial da ECP de R\$2.039.807,71 para o ano de 2022 foram utilizados o valor de R\$ 775.843,05.

Em 2022, foi realizado pela ECP uma pesquisa para desenvolvimento de trilha de capacitação dos jurisdicionados sobre a lei 14.133/2021, realizada em outubro de 2022. A pesquisa teve como objetivo elencar temas principais para o ano de 2022 e identificar a situação de cada município

<sup>1</sup> A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca, que atualmente conta com 11.170 itens, disponível tanto para os seus servidores quanto para servidores de jurisdicionados e público externo em geral.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

para incluir no Enfoc do ano de 2023. O público-alvo foram participantes da trilha de capacitação realizadas pelo youtube no período de agosto a setembro de 2022.

Ainda em 2022, foi realizada uma outra pesquisa com os participantes do curso Liderança Officeless, com o objetivo de conhecer a visão dos gestores em relação as competências comportamentais obtidas, as novas ferramentas de apoio utilizadas para melhorar a performance da equipe e o grau de alinhamento que o gestor conseguiu ter com sua equipe quanto à comunicação, colaboração, confiança, produtividade e bem-estar.

## Gestão Orçamentária e Financeira

### Execução Orçamentária

O orçamento do TCEES para o exercício de 2022 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 150.589.405,00 e atualizada de R\$ 171.078.405,00. O Quadro 8 apresenta a execução orçamentária.

Quadro 8 - Execução orçamentária

Acompanhamento	Dotação Inicial	Dotação atualizada <sup>(1)</sup>	Empenhado <sup>(2)</sup>	Liquidado <sup>(1)</sup>	Pago <sup>(1)</sup>
Despesas correntes	147.615.925,00	167.499.925,00	156.859.935,83	152.587.021,48	152.341.062,75
Pessoal	113.490.595,00	129.772.595,00	128.229.142,81	127.877.600,29	127.631.641,56
Pessoal - Ativo	113.490.595,00	129.772.595,00	128.229.142,81	127.877.600,29	127.631.641,56
Outras despesas (custeio)	34.125.330,00	37.727.330,00	28.630.793,02	24.709.421,19	24.709.421,19
Despesas de capital (investimento)	2.973.480,00	3.578.480,00	1.752.980,47	997.539,72	997.539,72
<b>Total Geral</b>	<b>150.589.405,00</b>	<b>171.078.405,00</b>	<b>158.612.916,30</b>	<b>153.584.561,20</b>	<b>153.338.602,47</b>

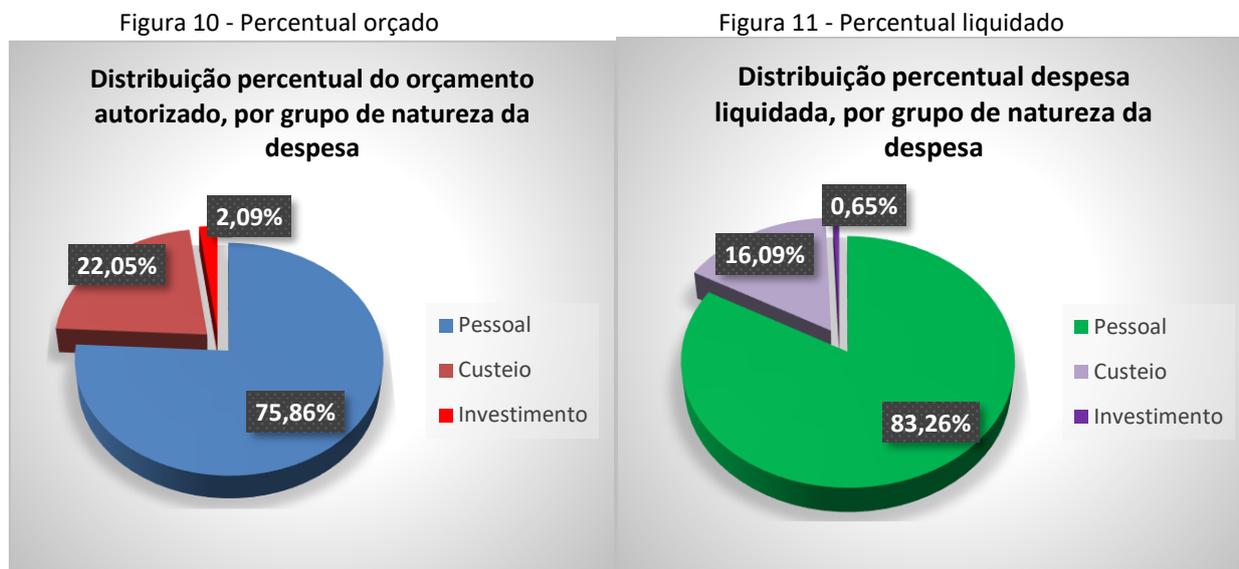
(1) Valores acumulados no ano, até o trimestre em análise.

(2) Na coluna "dotação atualizada" consta o valor de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais) cuja execução orçamentária e financeira foi descentralizada para o IPAJM, a fim de efetivar o pagamento do abono aos inativos e pensionistas do TCEES, conforme o Acordo de Cooperação/Convênio 0011/2022.

Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC)



Nas figuras 10 e 11 estão demonstrados o percentual dos valores orçados e liquidados de acordo com a natureza da despesa, no exercício de 2022.



Destaca-se que o TCEES teve uma considerável redução de gastos com despesas de custeio, se comparado às despesas realizadas entre 2019 e 2022, esta redução se deu em função de que apenas 8% de seu quadro de servidores estarem sob o regime de trabalho presencial no ano de 2022.

Assim, analisando os dados com valores constantes, ou seja, considerando a inflação do período, tem-se um percentual de 49% (quarenta e nove por cento) de economia, comparando os gastos de 2022 com os de 2019, em virtude da queda significativa de gastos com material de consumo, divisórias, materiais diversos, serviços de fornecimento de água e energia, serviços de telefonia fixa e serviços de limpeza e conservação. Esse novo modelo de gestão de trabalho permitiu a redução de custos operacionais, sem que houvesse prejuízo para o funcionamento do órgão.



## **Lei de Responsabilidade Fiscal**

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) trata de um dos mais importantes diplomas legais destinados a aprimorar a Administração Pública, visando atender às necessidades e objetivos dos cidadãos ao criar o conceito de responsabilidade na gestão fiscal.

Quanto às despesas com pessoal, o arcabouço legal brasileiro atribuiu bastante importância, e não poderia ser diferente, pois há grande impacto destes gastos no equilíbrio das contas públicas, e em casos de severos desajustes nas contas públicas, onde os limites de despesas com pessoal são ultrapassados, até os servidores estáveis poderão ser exonerados para que haja o enquadramento legal previsto na LRF e na Constituição Federal de 1988.

A relevância dada pelo ordenamento jurídico quanto às despesas com pessoal fica ainda mais clara quando preconiza que o descumprimento dos limites em questão e a não adoção das medidas corretivas imperativamente ordenadas pela Constituição Federal de 1988 e pela LRF são condutas graves que ensejam a aplicação de sanções administrativas e penais.

Neste contexto, o Tribunal adota absoluta prudência na geração de despesas com pessoal, estando consideravelmente abaixo do limite máximo estabelecido pela lei, conforme se vê no Quadro 9 e detalhadamente no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) do TCEES:

Quadro 9 - Despesa com pessoal TCEES

<b>Descrição</b>	<b>JAN/22 A DEZ/22</b>
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	161.017.782,34
Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites de despesa com pessoal – R\$	21.193.712.380,06
Limite apurado – %	0,760%
Limite máximo – 1,300 %	275.518.260,94
Limite prudencial – 1,235 %	261.742.347,89
Limite de alerta – 1,170 %	247.966.434,85

Fonte: RGF - 3º Quadrimestre de 2022.



## Gestão Documental

O TCEES dispõe de uma gestão documental, realizada pelo Núcleo de Controle de Documentos (NCD), que contribui para o adequado funcionamento da Corte. No quadro 10 constam algumas ações realizadas pela unidade:

Quadro 10 - Controle documental

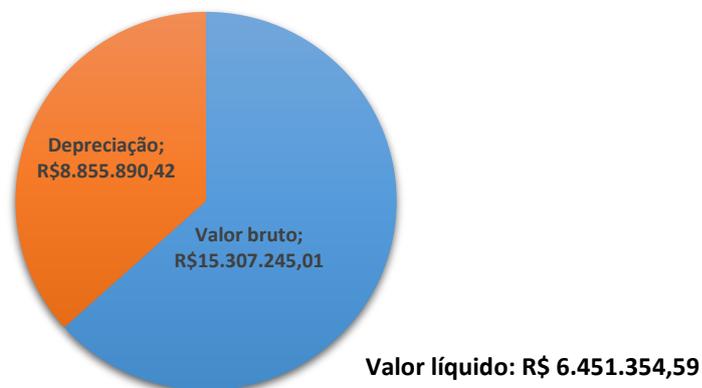
Controle documental	2022
Correspondências expedidas	1.141
Correspondências recebidas	2.135
Nº de processos arquivados	6.720
Nº de atendimentos <i>online</i>	4.194
Nº atendimentos presenciais	1.147

Fonte: NCD

## Gestão Patrimonial e de Infraestrutura

A mensuração dos ativos do TCEES é feita pela Secretaria de Finanças e Contabilidade (SFC). Nas figuras 12, 13 e 14 estão demonstrados os valores dos bens móveis, imóveis e intangíveis desta Corte em 2022:

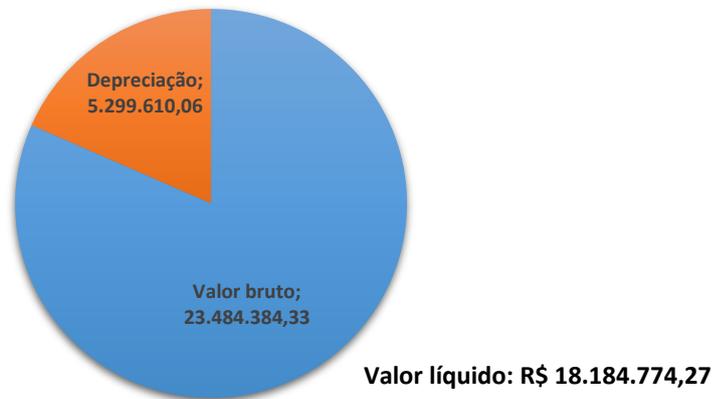
Figura 12 - Contabilização dos Bens Móveis do TCEES



Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade



Figura 13 - Contabilização dos Bens Imóveis do TCEES



Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade

O TCEES também dispõe de Bens Intangíveis, totalizando o valor líquido de R\$ 25.090.335,48.

Figura 14 - Contabilização dos Bens Intangíveis do TCEES



Fonte: Secretaria de Finanças e Contabilidade

O TCEES conta com o Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) para gerir e zelar pela sua infraestrutura.



Em 2022, foi concluída a reforma das instalações elétricas do TCEES, a fim de proporcionar maior segurança aos servidores e melhor funcionamento do sistema elétrico, evitando paralisações inesperadas e riscos à vida humana.

Foi realizada a substituição de toda a infraestrutura elétrica das dependências do TCEES, incluindo o prédio do Auditório e Escola de Contas, e adequadas todas as instalações elétricas, de acordo com as normas vigentes, desde a subestação, sala elétrica, quadros de distribuição, até os pontos de tomada e iluminação, com a substituição dos equipamentos antigos por outros mais modernos, seguros e que facilitam a operação e a manutenção, prezando pela segurança, eficiência e vida útil do patrimônio edificado do TCEES.

A reforma do sistema promoveu ganhos relacionados à segurança durante a utilização de energia elétrica, e, também, ganhos relacionados à qualidade da energia, o que aumenta a vida útil dos equipamentos eletroeletrônicos, como aparelhos de TV, câmeras e motores presentes na edificação. A atualização das instalações reduz as perdas por superaquecimento, o que representa também economia na conta de energia.

As novas instalações elétricas são mais modernas e eficientes, resultando em economia de energia, bem como em energia de melhor qualidade segundo os parâmetros da concessionária e da ANAEL, o que amplia a vida útil do sistema como um todo e dos equipamentos instalados, além de minimizar perdas, resultando em economia.

Foram também instalados novos equipamentos de ar-condicionado que possuem melhor desempenho energético do que os antigos que foram substituídos. Toda a iluminação do prédio foi substituída por lâmpadas de LED, que também são mais eficientes, duradouras e econômicas.

Em 2022, foi realizada a contratação da reforma da fachada do prédio do TCEES. A última pintura completa das fachadas do TCEES foi realizada em 2013, e atualmente, em função do desgaste natural com a ação do tempo, elas estão bastante deterioradas, apresentando algumas patologias, daí, portanto, a importância desta contratação, cuja execução está prevista para o



primeiro semestre de 2023. Neste ano, foi contratada também a reforma dos pisos dos gabinetes, e a contratação de serviço contínuo de manutenção predial.

O sistema de climatização existente no TCEES não tem se mostrado adequado à realidade atual, pois possui baixo rendimento, não possui sistema de tratamento e renovação do ar, impacta na fachada da edificação e não atende mais às expectativas dos usuários. Atualmente há soluções mais eficientes para edificações de grande porte como o TCEES, que possibilitam o controle da qualidade do ar respirado, através da renovação do ar interior e da filtragem de poluentes, proporcionando conforto térmico, bem-estar e prevenção a doenças respiratórias, além de maior eficiência energética e racionalidade na manutenção. Por isso está em andamento um Estudo Técnico Preliminar visando identificar o sistema mais adequado e embasar a elaboração de um projeto executivo, que deverá trazer muitos benefícios ao TCEES, pois resultará em ambientes com temperaturas controladas e melhores condições sanitárias, necessárias para o pleno desenvolvimento das atividades nas dependências do Tribunal.

Destaca-se que a água proveniente dos drenos dos aparelhos de ar-condicionado e das chuvas é recolhida, direcionada para cisternas, onde é armazenada e utilizada para limpeza e jardinagem.

Ainda em 2022, o NOM realizou outras atividades, como: providências para renovação dos alvarás de funcionamento – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo (CBMES) e Prefeitura de Vitória (PMV); manutenções prediais periódicas, preventivas e corretivas; alterações no leiaute interno do prédio; projetos de marcenaria para gabinetes; estudos de projetos de reforma diversos solicitados pela Administração; acompanhamento técnico da implantação do sistema de videomonitoramento.



## **Gestão da Tecnologia**

O TCEES vislumbra há alguns anos que a tecnologia funcionaria como instrumento facilitador na realização das suas atividades e, assim, já possuía um relevante histórico de investimentos em tecnologia da informação, o que possibilitou a adoção do teletrabalho sem a paralisação das atividades da Corte.

Este processo atendeu com excelência as expectativas decorrentes do aumento da demanda advinda do uso de recursos tecnológicos pelos membros e servidores do Tribunal, em virtude do modelo remoto de trabalho adotado. No quadro 11 demonstra-se alguns resultados da área de tecnologia da informação:

Quadro 11 - Dados de Evolução da TI

<b>Evolução da Tecnologia da Informação</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Estações de trabalho	655	628
Servidores com acesso aos recursos da rede	558	574
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	4	4
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>83</b>	<b>71</b>
Desenvolvidos pela STI	70	59
Adquiridos de terceiros	13	12

Fonte: STI

No quadro acima verifica-se um aumento nos sistemas desenvolvidos pela STI, em comparação ao exercício de 2021, o que facilitou a aplicação do trabalho remoto e contribuiu para a transparência e disseminação de informações aos jurisdicionados e à sociedade capixaba.

Dentre os sistemas que estão em funcionamento, destacam-se os que dão suporte ao controle externo, conforme dispostos no quadro a seguir:



Quadro 12 - Sistemas de Suporte ao Controle Externo

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
<b>Acompanhamento de Execuções (Cobranças)</b>	Módulo do e-TCEES que visa apoiar a SMPC na gestão de multas e ressarcimentos relativos a jurisdicionados, decorrentes de processos julgados no TCEES.
<b>Ambiente de Validação do Sistema de Contratação</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados testarem o envio, por meio da internet, dos dados referentes a contratações públicas.
<b>Avaliação de Tarefas</b>	Módulo do e-TCEES que permite que algumas peças produzidas, nos processos de controle externo, sejam avaliadas pelos gestores das áreas técnicas. A avaliação abrange diversos aspectos, tais como concisão, objetividade e cumprimento de prazo.
<b>Banco de Achados</b>	Plataforma para publicação, revisão e atualização de achados de auditoria.
<b>diárioBOT</b>	O diárioBOT é um robô que coleta publicações do Diário Oficial do Espírito Santo e do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e utiliza inteligência artificial a fim de tentar prever a qual tema cada publicação pertence, conforme as especialidades das unidades técnicas do TCEES.
<b>Geo-Obras</b>	Serviço utilizado para acompanhamento de obras e serviços de engenharia realizados pelos jurisdicionados com recursos públicos. Esse serviço possibilita a consulta dos investimentos realizados pelo Governo nas mais diversas regiões do Estado. Por meio da combinação das opções de filtro disponíveis, o cidadão consegue obter informações gerais ou específicas sobre as obras.
<b>Gestão das Sessões Plenárias</b>	Módulo do e-TCEES que permite a gestão de informações das sessões plenárias e das câmaras do Tribunal, incluindo pautas, deliberações, dentre outros.
<b>Gestão de Acompanhamento do MMD</b>	Gestão do painel do e-TCEES que exhibe a avaliação do TCEES frente aos Marcos de Medição de Desempenho (MMD), definidos pela ATRICON.  Estão disponíveis as seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"><li>• Gráfico sintético: compara-se a avaliação realizada pela ATRICON em 2019, a média nacional e a atual avaliação realizada pela ASGOV;</li></ul> Quadro Analítico: exhibe-se as notas obtidas em cada marco de medição.
<b>Gestão de Enquetes</b>	Serviço que possibilita criação, edição e manutenção de enquetes eletrônicas.
<b>Gestão de Procuradoria de Processos</b>	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento dos procuradores do MPC associados aos processos, por meio de cadastro de sorteio automático e demais eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Gestão de Relatoria de Processos</b>	Módulo do e-TCEES que possibilita o gerenciamento das relatorias de processos, através da funcionalidade de sorteio de relatoria e cadastros de eventos de alterações de relatoria, tais como afastamentos e substituições.
<b>LRFWeb</b>	Serviço para recebimento dos dados relativos à gestão fiscal dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, com vistas ao controle instituído pela Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).
<b>Monitoramento de Deliberações</b>	Módulo do e-TCEES que permite o monitoramento de deliberações de processos e acesso às providências cadastradas.
<b>NF-e Públicas</b>	Este painel apresenta informações relativas às notas fiscais das compras públicas que foram realizadas no Estado do Espírito Santo. Os dados utilizados são obtidos através de um convênio do TCE-ES com a SEFAZ-ES.
<b>PACE - Plano Anual de Controle Externo</b>	Módulo do e-TCEES que oferece apoio ao planejamento e criação do Plano Anual de Controle Externo (PACE).
<b>Painéis de Gestão</b>	<p>Módulo do e-TCEES que disponibiliza diversos painéis de gestão com indicadores visuais.</p> <p>Estão disponíveis os seguintes painéis de gestão:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Meu setor<ul style="list-style-type: none"><li>- Mesa</li><li>- Visão Geral</li><li>- Planejamento</li><li>- Fiscalizações</li><li>- Processos</li><li>- Tarefas</li><li>- Desempenho</li><li>- Colaboradores</li><li>- Custos e benefícios</li></ul></li><li>• Observatório<ul style="list-style-type: none"><li>- Cumprimento Resolução 300 e MMD</li><li>- Prazos para julgamento</li><li>- Prazos no setor</li><li>- Prazos de tarefas</li><li>- Tempo no setor</li></ul></li><li>• Controle externo<ul style="list-style-type: none"><li>- Prioritários</li><li>- Visão geral</li><li>- Fiscalizações</li><li>- Benefícios</li><li>- Sessões</li><li>- Deliberação</li><li>- Ouvidoria</li><li>- Sobrestados</li></ul></li><li>• Administrativo<ul style="list-style-type: none"><li>- Execução orçamentária</li><li>- Gestão do orçamento</li></ul></li></ul>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

	<ul style="list-style-type: none"><li>- Recursos Humanos</li><li>- MMD</li><li>- Processos</li><li>- Planejamento</li><li>- Prazos por processo</li></ul> <p>Gradativamente estão sendo desenvolvidos novos painéis de gestão.</p>
<b>Portal de Análise de Dados</b>	O painel de análise de dados possui ferramentas e informações para apoiar na análise de dados nas bases do TCEES e permitir que os próprios servidores possam, de forma independente, construir as consultas e painéis de que necessitam.
<b>Prestação de Contas Anual</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Anual (PCA).
<b>Prestação de Contas Mensal</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Prestação de Contas Mensal (PCM).
<b>Processo Eletrônico</b>	Módulo do e-TCEES que permite a gestão dos processos eletrônicos de controle externo e administrativos, abrangendo sua autuação, tramitação, gestão de documentos e arquivamento.
<b>Publicação Demonstrativos Fiscais</b>	A Publicação de Demonstrativos Fiscais é utilizado principalmente pelo setor NGF, na busca de publicações do Diário Oficial do Estado e do Diário Oficial dos Municípios que contenham informações sobre os Relatórios de Gestão Fiscal – RGF e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO.
<b>Protocolo Eletrônico</b>	Módulo do e-TCEES que permite aos servidores do TCEES o gerenciamento de protocolo eletrônico, incluindo sua criação, movimentação e outras ações.
<b>Sistema de Atos de Pessoal</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs), que realizam concurso público para provimento de pessoal, remeter digitalmente ao TCEES informações relativas à admissão de pessoal para cargos e empregos públicos.
<b>Sistema de Benefícios</b>	Módulo do e-TCEES que permite o cadastro e gestão dos benefícios advindos das ações de controle externo tomadas pelo TCEES.
<b>Sistema de Comunicação</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita que os servidores cadastrados como responsáveis no CidadES visualizem, respondam ou tomem ciência das comunicações encaminhadas pelo TCEES.
<b>Sistema de Estrutura de Pessoal</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes aos cargos, empregos e funções públicas, ou outros tipos de vínculos com a administração pública capixaba.
<b>Sistema de Fiscalização</b>	Módulo do e-TCEES que oferece apoio às atividades de fiscalização realizadas pelos auditores do Tribunal.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

<b>Sistema de Folha de Pagamento</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos jurisdicionados enviarem, por meio da internet, os dados referentes à Folha de Pagamento.
<b>Sistema de Indícios</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos servidores do TCEES a gestão (identificação, submissão, análise e encaminhamento da resposta) de possíveis problemas/acompanhamentos identificados em processos de controle externo, trilhas de auditoria, denúncias, entre outros.
<b>Sistema de Levantamento de Educação</b>	Módulo da plataforma CidadES que possibilita aos responsáveis pelas Unidades Gestoras (UGs) remeter digitalmente ao TCEES informações relativas ao ensino público municipal.
<b>Sistema Informatizado de Suporte à Auditoria (Sisaud)</b>	<p>Serviço anteriormente utilizado para recebimento dos dados referentes à abertura do exercício, às prestações de contas bimestrais e informações adicionais dos jurisdicionados municipais do TCEES. O sistema recebeu dados relativos aos exercícios de 2002 a 2012.</p> <p>Esse serviço foi descontinuado a partir do exercício de 2013, sendo substituído pelos serviços de Prestação de Contas Anual e Mensal do sistema CidadES. Atualmente é utilizado apenas para consulta.</p>

Fonte: SGTI



## **RESULTADOS – CONTROLE EXTERNO**

### **Ações de Controle Externo**

As ações de controle externo realizadas, anualmente, pelo TCEES estão discriminadas no Plano Anual de Controle Externo (PACE), que é o instrumento de planejamento elaborado pela Secretaria Geral de Controle Externo (Segex) e aprovado em Plenário.

No ano de 2022, foram realizadas análise e instrução de processos de consulta, recurso, representação, denúncia e os referentes às prestações de contas anual (contas de governo e gestão) e, ainda, de processos relacionados a atos concessórios e de admissão de pessoal enviados ao Tribunal pelas unidades gestoras jurisdicionadas.

Ressalta-se ainda que, mensalmente, são elaborados Boletins da Macrogestão Governamental com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios capixabas, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos. O Tribunal disponibiliza este instrumento por meio do link do Painel de Controle:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/boletinsInformativos/2022/boletimMensal>

As informações disponibilizadas no Painel de Controle possibilitam o acompanhamento da gestão fiscal, geração de certidões, e diversas ações de controle social e externo.

Além disto, várias outras ações de controle externo foram iniciadas ou até mesmo completamente executadas no período. Dentre elas, destacam-se as relacionadas às seguintes temáticas:

#### **Saúde**

No período, houve o monitoramento quanto ao cumprimento da decisão emitida pelo TCEES que determinava o armazenamento de imunizantes em câmeras refrigeradas, conforme previsto no Manual de Rede de Frios do Ministério da Saúde. Neste trabalho, foi constatado que dos 24 municípios, que no início da fiscalização ainda armazenavam imunizantes em geladeiras domésticas, apenas 2 ainda se encontravam em processo de aquisição de câmeras refrigeradas.



Como resultado desta fiscalização, constatou-se maior segurança à imunização capixaba, não só para COVID-19, mas também para os demais imunizantes.

Ainda sobre a temática saúde, foi concluída a auditoria operacional que compreendeu o acompanhamento e monitoramento do cumprimento das metas e estratégias parciais e finais dos planos de saúde dos municípios selecionados com foco nas ações de promoção, prevenção e cuidado com a diabetes e seus principais fatores de risco.

Como resultado desta fiscalização, espera-se que os municípios realizem efetivamente as metas e ações inseridas nos seus planos, e ainda, que haja aumento dos exames de glicemia de jejum para os usuários com 45 anos de idade ou mais, assintomáticos, a fim de garantir o diagnóstico e tratamento precoces e minimize os riscos de desenvolvimento de complicações. Outra expectativa é quanto aos medicamentos e insumos, de forma a garantir a assistência farmacêutica adequada em quantidade e qualidade aos pacientes.

Foi realizada também auditoria operacional sobre o tema câncer de colo de útero, tendo como objeto do trabalho a prevenção e o controle do câncer de colo de útero e como objetivo a identificação e avaliação das causas da baixa eficácia da cobertura vacinal contra o Papilomavírus Humano (HPV), da baixa eficácia do rastreamento do câncer de colo de útero por meio dos exames citopatológicos, da ineficiência no tocante à tempestividade na realização de procedimentos citopatológicos e para confirmação diagnóstica (exames histopatológicos) e da ineficiência no tempo de início do tratamento do câncer de colo de útero (cirurgia, quimioterapia e radioterapia), tendo como premissas a baixa procura e a fragilidade da busca ativa para a realização dos exames citopatológicos e as fragilidades da rede de atenção à saúde tanto no contexto do diagnóstico como do tratamento.

Também foi realizado no período um levantamento sobre a atuação das organizações sociais nas políticas públicas estadual e municipais de saúde, para identificar objetos e instrumentos de fiscalização e avaliar a viabilidade da realização de fiscalizações.



Sobre a temática saúde, foi realizada ainda a elaboração do Boletim sobre a situação das mamografias de rastreamento no Estado do Espírito Santo. O estudo técnico tratou da realização de mamografias para a prevenção do câncer de mama com dados dos 78 municípios capixabas, em que foi constatado que apenas 16,4% das mulheres do Estado de 50 a 69 anos que dependem do Sistema Único de Saúde - SUS (sem plano de saúde privado) realizaram mamografias de rastreamento no período de um ano.

Além disso, o tempo de espera entre a solicitação e a liberação do laudo ainda é excessivo em algumas localidades, representando risco de retardar o diagnóstico precoce do câncer de mama. Em todo o Estado, 41,8% dos exames realizados no período de julho de 2021 a junho de 2022 demoraram mais de 60 dias para terem o laudo liberado.

Na análise por município, alguns obtiveram melhora na quantidade de exames realizados ao comparar o período de julho de 2020 a junho de 2021 com o período de julho de 2021 a junho de 2022. Nessa situação encontra-se Fundão que teve o seu quantitativo de exames crescer de 108 para 168 exames. Contudo, 87,5% de seus exames no período de julho de 2021 a junho de 2022 demoraram mais de 60 dias para serem liberados.

A análise realizada se baseou nos dados do Sistema de Informação do Câncer (Siscan) e abarcou o período de 2 anos, entre julho de 2020 e junho de 2022, considerando as mulheres residentes no Estado do Espírito Santo, entre 50 a 69 anos, que dependem do SUS.

### **Insegurança Alimentar**

Foi realizado no ano de 2022 o relatório do levantamento sobre a insegurança alimentar, no intuito de conhecer a situação sobre a temática nos municípios do Estado do Espírito Santo, os fatores relacionados ao fenômeno e as ações e órgãos do poder público responsáveis pelo enfrentamento do problema.



## **Educação**

O acompanhamento da volta às aulas também foi objeto de controle no ano de 2022. Como resultado deste trabalho, foram produzidos encaminhamentos e elencados temas de principal atenção para o retorno presencial das atividades escolares.

Foi realizada ainda no período uma auditoria operacional sobre as desigualdades educacionais que culminou em recomendações e determinações, tendo por foco os arranjos de governança para o combate às desigualdades educacionais no Estado.

Também foi concluída a fiscalização acerca da compatibilidade das leis orçamentárias dos municípios, por amostragem, e do Estado com seus Planos de Educação.

Foi realizado ainda pelo TCEES, em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o acompanhamento quanto ao cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos municípios do ES e o levantamento com foco na valorização dos profissionais docentes.

Também foi realizada auditoria de conformidade nos procedimentos de contratação de obras da educação selecionados segundo critérios de risco, materialidade, oportunidade e relevância dentre os projetos selecionados no Edital 2021 do Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo (Funpaes).

Foi finalizada ainda no período a auditoria operacional para avaliar a articulação institucional dos diversos agentes envolvidos no processo de realização da Busca Ativa, bem como para medir a eficácia do processo de Busca Ativa no município.

Além disso, foram realizadas reuniões com especialistas para identificação de principais problemas, e possíveis soluções, na área da educação, com vistas a subsidiar os planejamentos das ações de controle externo desenvolvidos pelo Tribunal.



### **Meio Ambiente e Saneamento**

Foi concluída no período a fiscalização de acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 78 municípios capixabas, tendo em vista as metas de universalização, até 2033, estabelecidas na Lei Federal nº. 11.445/2007 (Marco de Saneamento).

O acompanhamento utilizou as informações declaratórias ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e permitiu a comparação evolutiva, entre 2019 e 2020, dos indicadores de atendimento total e urbano de água potável e coleta de esgoto, de tratamento de esgoto, novas ligações de água e esgoto e perdas no sistema de abastecimento de água. Também foram apurados os indicadores de arrecadação e investimentos realizados no período de 2016 a 2020, além de informações obtidas diretamente pelos municípios sobre os investimentos realizados e metas atingidas em 2021, bem como os recursos constantes da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2022 e metas previstas.

Como resultado, apurou-se que o atendimento total de água potável do Estado em 2020 foi de 81,24%, abaixo da média nacional (84,1%) e da média estadual registrada em 2019, que foi de 81,32%. Quanto ao esgotamento sanitário, verificou-se que o desafio para a universalização até 2033 é ainda maior, visto que índice de coleta total de esgoto foi de 56,90% em 2020, com o avanço de um ponto percentual em relação 2019, cujo valor foi de 55,90%. Entre outros, a fiscalização permitiu também atualizar o ranking de saneamento básico dos municípios capixabas (RSBMC) 2022 e compará-lo com o RSBMC 2021, além de contribuir por meio de dados, informações e deliberações para o alcance das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 “Água Potável e Saneamento”.

### **Resíduos Sólidos**

Também foi realizado no período o acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à definição da entidade responsável pela regulação e fiscalização dos serviços



de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, conforme estabelecido no art. 8º, § 5º da Lei Federal 11.445/2007, bem como quanto ao estabelecimento de cobrança pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços, conforme estabelecido no art. 29, II da Lei 11.445/2007 e Norma de Referência nº 1/2021 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Esta ação contribuiu para a melhoria da prestação dos serviços de limpeza pública e manejo de resíduos, bem como para a gestão financeira de sua prestação. Além disso, esta fiscalização contribui para os ODS 11 e 12, que tratam de “Cidades e comunidades sustentáveis” e “Consumo e produção responsáveis”, respectivamente.

Outra ação relacionada à temática Resíduos Sólidos realizada no ano de 2022 foi a aprovação pelo TCEES da Instrução Normativa nº 88 que estabelece “orientações técnicas para elaboração de projeto básico para contratação de serviços de varrição pública no âmbito do Estado do Espírito Santo”. Ressalta-se que o serviço de varrição pública é um dos mais onerosos na prestação do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

### **Obras públicas**

Foi realizada fiscalização das obras de implantação de faixa exclusiva para transporte público coletivo do Programa de Mobilidade Urbana no Município da Serra/ES.

Também estava em andamento no período o levantamento das estruturas de engenharia responsáveis pela fiscalização e projetos das unidades jurisdicionadas que executam obras.

Foi realizada auditoria de conformidade na execução das obras da área denominada Portal do Príncipe na Vila Rubim e Ilha do Príncipe, em Vitória - ES, objeto do Contrato RDC 5/2020 da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi).

Houve também o acompanhamento das obras paralisadas, com objetivo de identificar soluções, iniciativas e critérios que possibilitem que órgãos e gestores adotem providências para a melhoria



da gestão destas obras. Com esta ação foi possível identificar as boas práticas realizadas pelos jurisdicionados para a retomada de obras paralisadas.

No período, também foi concluído o acompanhamento da construção do hospital de Cariacica pelo Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo (DER) e da Penitenciária de Vila Velha VI pela Secretaria de Justiça (SEJUS), com vistas a garantir a entrega da obra com qualidade, preços adequados e no prazo correto.

Foi concluída a fiscalização da ampliação da capacidade e a implantação de ciclovia na Terceira Ponte observando, especialmente, a motivação da obra, a regularidade da licitação e o impacto nas obrigações da concessionária, no que tange à manutenção da estrutura, e ainda foram avaliados os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental (EVTEA) das obras, bem como a acessibilidade à ciclovia.

### **Mobilidade Urbana**

No período foi realizado o acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana (PMU), tendo em vista os prazos estabelecidos pelo §4º, do art. 24, da Lei Federal nº. 12.587/2012, quais sejam: elaboração do PMU até 12/04/2022, para municípios com mais de 250.000 habitantes e 12/04/2023 para municípios com até 250.000 habitantes, em conformidade com os critérios estabelecidos no §1º do mesmo artigo.

Como resultado, houve a identificação de 40 municípios que, mesmo obrigado pela Lei 13.587/2012, ainda não possuem Planos de Mobilidade Urbana. Nos 12 municípios que elaboraram seus PMU's, foram identificadas inconformidades com a legislação vigente ou Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) do então Ministério das Cidades, considerado como "boas práticas" (NBASP 100/27), no tocante à participação popular durante a elaboração



do PMU, aprovação do PMU pelo Legislativo Municipal e inserção dos programas nos instrumentos orçamentários públicos (PPA, LDO e LOA).

Dessa forma, a fiscalização contribui para a melhoria dos gastos e governança pública no desenvolvimento urbano sustentável e para o alcance das metas ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, em especial à meta 11.2 “Até 2030, melhorar a segurança viária e o acesso à cidade por meio de sistemas de mobilidade urbana mais sustentáveis, inclusivos, eficientes e justos, priorizando o transporte público de massa e o transporte ativo, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, como aquelas com deficiência e com mobilidade reduzida, mulheres, crianças e pessoas idosas.”

### **Patrimônio Público**

Foi realizada auditoria operacional tendo como objeto a investigação criminal dos crimes contra o patrimônio público, tendo como objetivo avaliar a eficácia do esclarecimento dos crimes contra o patrimônio, do ponto de vista da quantidade de crimes investigados e da identificação e sanção dos responsáveis, e o atingimento das metas estabelecidas. Adicionalmente, buscava-se avaliar a eficiência na aplicação dos recursos humanos e materiais empregados na investigação dos crimes patrimoniais.

### **Governança Contábil**

No período, foi concluído o levantamento para diagnosticar as estruturas dos departamentos de contabilidade das unidades gestoras municipais, com o objetivo de contribuir para a promoção de ações que visem a melhoria na governança contábil dos municípios e conseqüentemente a melhoria qualitativa das informações prestadas ao TCEES.



### **Auditoria Financeira**

No ano de 2022, foi concluída auditoria financeira da Conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2021 dos municípios de Vitória, Serra e Guarapari.

No período, também foi concluída auditoria financeira das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado (BGE) do exercício de 2021 e estava em andamento a auditoria financeira do exercício de 2022.

A auditoria financeira objetiva o cumprimento ao inciso I do art. 71 da Constituição Estadual e ao inciso II do art. 1º da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (LC Estadual 621/2012) c/c o art. 118 do Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução TC 261/2013), visando obter evidência de auditoria para a emissão pelo auditor de uma opinião sobre se as demonstrações contábeis refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

### **Despesas com pessoal**

No período, foi realizada uma ação conjunta com o Tribunal de Contas da União (TCU) visando o acompanhamento e identificação da regularidade das folhas de pagamento dos jurisdicionados do Tribunal. Como resultado, houve a geração permanente de indícios para avaliação e definição de ações corretivas através dos resultados da fiscalização contínua de folhas de pagamento.

Sobre a temática, houve a elaboração de cenários da despesa com pessoal do ano de 2022 de todos os jurisdicionados do Tribunal. Estas informações encontram-se disponibilizadas no Painel de Controle, acessando o link:

<https://paineldecontrole.tcees.tc.br/projecao>



## **Previdência**

No ano de 2022 foi elaborado o Boletim Extraordinário da Previdência nº 1/2022: tendências e riscos previdenciários nos municípios capixabas. O documento traz o resultado do exame da política previdenciária dos 34 municípios capixabas que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mediante amostra de 13 municípios selecionados por critérios.

Sobre a temática previdência, foi realizada ainda uma fiscalização no Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) e no Governo do Estado, com ênfase no acompanhamento da gestão previdenciária do Estado no exercício de 2021 para subsídio das contas do Governador.

## **Receitas**

A temática Renúncia de Receita foi objeto de análise na Prestação de Contas do Contas do Governador do Estado referente aos exercícios de 2020 e 2021, com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à Renúncia de Receitas encaminhados nas respectivas prestações de contas.

O tema foi também avaliado nas prestações de contas dos chefes do poder executivo municipal do exercício de 2020, e estava em andamento a análise deste conteúdo relacionado ao exercício de 2021.

Ainda foi realizada no período fiscalização quanto à instituição, lançamento, arrecadação e registro contábil referentes à Contribuição Sobre o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP nos municípios de Serra, maior arrecadador do tributo no Estado do Espírito Santo vinculado à concessionária EDP – BRASIL, de Colatina e de Vila Velha. No município de Linhares esta fiscalização encontrava-se em fase de conclusão.



### **Gestão Fiscal**

Foi concluída no período a instrução do conteúdo de gestão fiscal da Prestação de Contas do Governador do Estado dos exercícios de 2020 e 2021, com vistas a subsidiar a emissão de Parecer Prévio para o julgamento a ser realizado pelo Poder Legislativo, bem como avaliar a conformidade dos documentos atinentes à gestão fiscal encaminhados nas respectivas prestações de contas.

Em fase de conclusiva encontrava-se no período a instrução do conteúdo de gestão fiscal nas prestações de contas dos chefes do poder executivo municipal do exercício de 2020, e em andamento a instrução deste conteúdo relacionado ao exercício de 2021.

No período, também estava em andamento o acompanhamento da emissão automatizada dos alertas bimestrais, quadrimestrais e semestrais pelo sistema CidadES e a autorização de publicação no Diário Eletrônico do TCEES, relativos à despesa com pessoal, metas de arrecadação, despesa corrente líquida, operações de crédito, garantias e contragarantias, e resultados primário e nominal.

Houve também a geração de dados da gestão fiscal para a elaboração e disponibilização no Painel de Controle do Boletim Mensal da Macrogestão.

### **Concessões e Privatizações**

No período, estava em andamento a auditoria ordinária em contrato de concessão do Transcol para análise do cumprimento de indicadores de desempenho e da regularidade de possíveis pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro que impactem a tarifa cobrada e/ou o subsídio pago pelo Estado.

Foi realizada a análise concomitante do edital de concessão da Cesan e demais estudos de modelagem da concessão antes da publicação do edital – águas de reuso para fins industriais. Como resultado, foi constatado o aumento da segurança jurídica da licitação, pois foi realizada



análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 22.060.000,00.

Foi realizada também no ano de 2022, a análise do edital e demais estudos de modelagem da privatização antes da publicação do edital de privatização da ES Gás, de forma a aumentar a segurança jurídica da licitação, pois foi realizada análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 126.265.000,00.

### **Parcerias interinstitucionais**

Foram realizadas diversas reuniões com o Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério da Saúde e demais tribunais de contas estaduais objetivando estabelecer diretrizes sobre o trabalho de eficiência hospitalar.

Ainda com o TCU, foi realizada fiscalização para análise da regularidade das folhas de pagamento dos jurisdicionados do TCEES, com planejamento realizado para execução de duas trilhas de auditoria. Este trabalho é resultante do Acordo de Cooperação Técnica com o TCU, conforme os critérios de relevância, risco e materialidade.

Em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Tribunal realizou o acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação dos municípios do Estado do Espírito Santo.

Ainda em parceria com o IJSN, foram executadas atividades visando a realização de análise territorial da situação de saúde nos municípios do Espírito Santo, a partir da identificação das necessidades e desigualdades no território capixaba, com o objetivo de produzir informação e conhecimento para orientar, de forma qualificada e a partir de evidências, as ações em saúde coletiva no Estado.



No período, foi firmada parceria do TCEES com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) visando cooperação para construção de indicadores de monitoramento de políticas públicas.

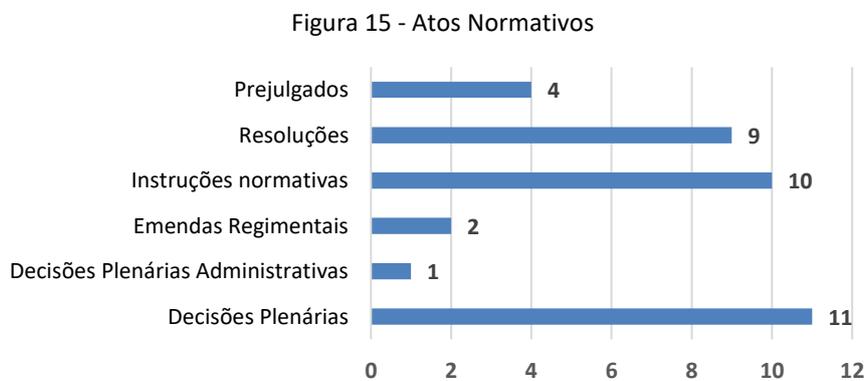
Também houve Acordo de Cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite em diferentes datas da execução da obra, permitindo assim, a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.

Também merecem destaque as parcerias do TCEES com o Ministério Público / Gaeco, Polícia Civil / Delegacia de Combate à Corrupção e com a Controladoria Geral da União / Regional ES que visam identificar casos relevantes que possibilitem ações de controle. Há também o compartilhamento de informações com a Polícia Federal com vistas a dar suporte as suas ações.

## Atos do Plenário e das Câmaras

O Plenário é constituído por sete conselheiros, dirigido pelo conselheiro-presidente, que se reúnem em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de decisões, emendas, instruções normativas, resoluções, acórdãos, pareceres prévios e consultas.

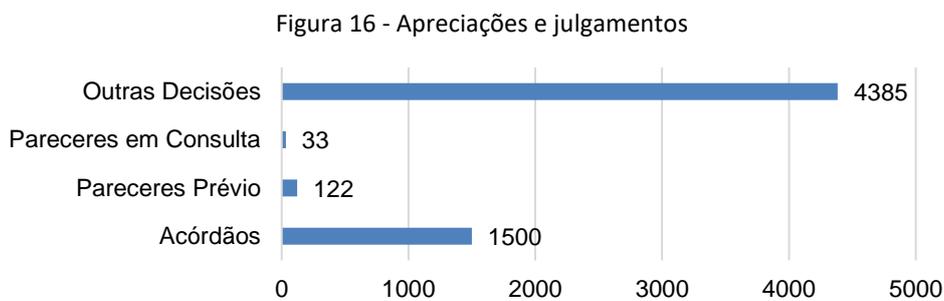
Abaixo, demonstra-se o quantitativo, por classificação, dos atos deliberados pelo Plenário no ano de 2022:



Fonte: Adaptado de SGS



O Plenário, juntamente com as Câmaras, que são compostas, cada uma delas, por 3 conselheiros e 2 conselheiros substitutos, produziram, em conjunto, o quantitativo de apreciações e julgamentos a seguir representado graficamente:



Fonte: Adaptado de SGS

Em relação a 2021, o ano de 2022 apresentou um acréscimo de cerca de 10% no número de processos julgados, demonstrando que a busca pela celeridade continua permanente no TCEES. O quadro a seguir, sintetiza os totais de julgamentos realizados nos últimos anos:

Quadro 13: Processos julgados nos últimos 5 anos

Ano	Processos julgados
2018	8.322
2019	5.860
2020	15.239
2021	9.305
2022	10.156

Fonte: Sistema e-TCEES.

## **Compromisso com a Celeridade Processual**

Exercer o controle externo com excelência e celeridade constitui um dos propósitos do TCEES. Desta forma, de modo a demonstrar o compromisso do TCEES com a celeridade processual, no quadro a seguir, consta o comparativo, por classe processual, entre o prazo normativo para



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

juízo dos processos estabelecido na Resolução TC 300/2016 e o tempo médio de julgamento.

Quadro 14 - Comparativo entre o prazo normativo para julgamento por classe processual e o tempo médio de julgamento

<b>Classe processual</b>	<b>Prazo normativo para julgamento</b>	<b>Tempo médio de julgamento em dias</b>	<b>Diferença em dias</b>
Agravo	150	222	72
Consulta	180	169	-11
Embargos de Declaração	150	148	-2
Fiscalização – Acompanhamento	540	386	-154
Fiscalização – Auditoria	540	495	-45
Fiscalização – Denúncia	330	227	-103
Fiscalização – Inspeção	540	588	48
Fiscalização – Levantamento	540	371	-169
Fiscalização – Monitoramento	540	402	-138
Fiscalização – Representação	330	265	-65
Omissão de Prestação de Contas de Prefeito	540	434	-106
Prestação de Contas Anual de Governador	60	67	7
Prestação de Contas Anual de Ordenador	540	298	-243
Prestação de Contas Anual de Prefeito	720	604	-116
Pedido de Reexame	300	302	2
Pedido de Revisão	300	238	-62
Recurso de Reconsideração	300	362	62

Fonte: sistema e-TCEES

Do quadro 14, extrai-se que na maioria das classes processuais, o TCEES cumpriu o prazo normativo para julgamentos em prazos muito inferiores aos estabelecidos pela Resolução 300/2016, demonstrando o compromisso desta Corte de Contas com a celeridade, tempestividade e eficácia dos processos julgados.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluído o ano de 2022, diante de tantos desafios, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo alcançou um avanço significativo na produtividade e tempestividade das ações de controle do setor público, combinado com uma diminuição de gastos. Em outras palavras, entregou-se mais, com maior rapidez e custos menores.

Com o uso intensivo da análise de dados, tecnologia da informação e inteligência artificial; e ainda contando com pessoal altamente qualificado, o TCEES não apenas foca no controle, ele olha para o horizonte, projetando visões sistêmicas de governos; e identifica o que funciona e o que não funciona, traçando previsões sobre tendências e riscos futuros que podem afetar políticas públicas e sociedade.

Foi um ano em que houve avanço nas diversas áreas de atuação do Tribunal, especialmente nas ações de controle externo, o que demonstra o compromisso desta Corte em atuar efetivamente como órgão fiscalizador e orientador, em cumprimento de sua missão institucional. Dentre as diversas ações que se destacaram no período, apontam-se:

- ✓ Crescimento de 38% no resultado das notas dos indicadores avaliados com base no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), quando comparada à nota da avaliação realizada no ano de 2019, o que demonstra relevante evolução do desempenho obtido pelo TCEES nos últimos 3 anos englobando todas as suas áreas de atuação;
- ✓ Aprovação de 21 projetos prioritários para o ano de 2023. A seleção dos projetos levou em consideração os critérios para fortalecer os procedimentos internos da Corte, os trabalhos técnicos de fiscalização e estimular o controle e a participação social;



- ✓ Recebimento de 148 avaliações sobre o atendimento prestado pela Ouvidoria, sendo que em 119 avaliações, o que corresponde a 80,40%, os usuários avaliaram o atendimento prestado pela Ouvidoria com Nota 5 ou Muito Satisfeito (110) e Nota 4 ou Satisfeito (9);
- ✓ Em 2022, os acessos às notícias do Portal do TCEES tiveram crescimento de 6,67% em relação ao ano anterior. Ao todo, foram 1.333.275 usuários durante o ano;
- ✓ Celebração do Dia do Servidor com a realização de um evento presencial, no auditório do TCEES, cujo tema foi: “Nosso time só é completo com você!”. O evento contou com a palestra do ex-atleta Oscar Schmidt, que apresentou a palestra “Paixão”, e com a entrega de medalhas de homenagem aos servidores que completaram 10, 20, 30, 40 e 50 anos de serviço na instituição;
- ✓ Abertura de concurso público para o cargo de auditor de controle externo e de conselheiro substituto e contratação de empresa especializada para a sua realização;
- ✓ Participação de 35.508 pessoas nos 257 eventos promovidos pelo TCEES, incluindo cursos *online*, cursos transmitidos em tempo real (síncrono), encontros virtuais e webinários.
- ✓ Realização do Encontro de Formação em Controle (Enfoc), maior programa de capacitação presencial do TCEES, oferecendo cursos de atualização e de aperfeiçoamento para gestores, vereadores e servidores municipais em sete polos do Estado;
- ✓ Redução de 49% nas despesas de custeio, comparando os gastos de 2022 com os de 2019, em virtude de que 8% de seu quadro de servidores estarem sob o regime de trabalho presencial no ano de 2022, havendo queda significativa de gastos tais como: material de consumo, serviços de fornecimento de água e energia, serviços de telefonia fixa e de limpeza e conservação.



- ✓ Elaboração dos Boletins da Macrogestão Governamental, disponível no Painel de Controle, com o objetivo de destacar os principais resultados da gestão dos recursos públicos do Estado e dos municípios capixabas, de modo a permitir o acompanhamento tempestivo, bem como a tomada de ações preventivas pelos gestores públicos;
- ✓ Elaboração do Boletim sobre a situação das mamografias de rastreamento no Estado do Espírito Santo para a prevenção do câncer de mama com dados dos 78 municípios capixabas;
- ✓ Levantamento sobre a insegurança alimentar, no intuito de conhecer a situação sobre a temática nos municípios do Estado do Espírito Santo, os fatores relacionados ao fenômeno e as ações e órgãos do poder público responsáveis pelo enfrentamento do problema;
- ✓ Acompanhamento do cumprimento das metas dos Planos de Educação pelos municípios do ES e levantamento com foco na valorização dos profissionais docentes;
- ✓ Acompanhamento da prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos 78 municípios capixabas, tendo em vista as metas de universalização, até 2033, estabelecidas na Lei Federal nº. 11.445/2007 (Marco de Saneamento);
- ✓ Acompanhamento das obras paralisadas, com objetivo de identificar soluções, iniciativas e critérios que possibilitem que órgãos e gestores adotem providências para a melhoria da gestão destas obras;
- ✓ Fiscalização da ampliação da capacidade e a implantação de ciclovia na Terceira Ponte e ainda foram avaliados os estudos de viabilidade técnica, econômico e ambiental (EVTEA) das obras, bem como a acessibilidade à ciclovia;



- ✓ Acompanhamento das providências adotadas pelos municípios quanto à elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana (PMU);
- ✓ Auditoria operacional tendo como objeto a investigação criminal dos crimes contra o patrimônio público, tendo como objetivo avaliar a eficácia do esclarecimento dos crimes contra o patrimônio;
- ✓ Levantamento para diagnosticar as estruturas dos departamentos de contabilidade das unidades gestoras municipais, com o objetivo de contribuir para a promoção de ações que visem a melhoria na governança contábil dos municípios e conseqüentemente a melhoria qualitativa das informações prestadas ao TCEES;
- ✓ Ação conjunta com o Tribunal de Contas da União (TCU) visando o acompanhamento e identificação da regularidade das folhas de pagamento dos jurisdicionados do Tribunal;
- ✓ Elaboração do Boletim Extraordinário da Previdência nº 1/2022: tendências e riscos previdenciários nos municípios capixabas. O documento traz o resultado do exame da política previdenciária dos 34 municípios capixabas que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), mediante amostra de 13 municípios selecionados por critérios;
- ✓ Análise do edital e demais estudos de modelagem da privatização antes da publicação do edital de privatização da ES Gás, de forma a aumentar a segurança jurídica da licitação, pois foi realizada análise de inconformidades antes do lançamento do edital, além da obtenção de benefício quantitativo de R\$ 126.265.000,00.
- ✓ Parceria do TCEES com a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) visando cooperação para construção de indicadores de monitoramento de políticas públicas.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

- ✓ Cooperação entre o TCEES e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), com o objetivo de obter acesso a imagens de satélite, permitindo a verificação da evolução das etapas das obras, registradas pelo INPE.
- ✓ Também se destacam no período as parcerias com o Ministério Público do ES/GAECO, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União, com vistas à geração de informações para compartilhamento de dados visando melhor desempenho às ações de controle.
- ✓ Em relação a 2021, o ano de 2022 apresentou um acréscimo de cerca de 10% no número de processos julgados, demonstrando que a busca pela celeridade continua permanente no TCEES.

Desta forma, em cumprimento da sua função fiscalizadora e orientadora, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo atuou tempestivamente em diversas temáticas, além de ter executado outras importantes iniciativas, alcançando resultados positivos ao longo do período observado.

**Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun**

Presidente do TCEES



## ANEXO ÚNICO – ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL

